

# **O Ensino de Português na Ásia Oriental: de Quem para Quem.**

**Ânia Soeiro Matos**

**Dissertação de Mestrado em Ensino do Português como Língua  
Segunda e Estrangeira**

**Março de 2015**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção  
do grau de Mestre em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira,  
realizada sob a orientação científica de Maria do Carmo Vieira da Silva

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva pela compreensão, auxílio e inspiração que me concedeu ao longo deste Mestrado, quer na sua componente curricular, quer na orientação desta dissertação.

Aos meus pais, por todo o apoio, amor e paciência incondicionais que têm tido ao longo da minha vida, e em particular durante esta fase de aprendizagem a nível académico.

Ao Gonçalo, por todas as razões e mais alguma.

Ao Rodrigo, pela colaboração na pesquisa e na recolha de alguns materiais para este trabalho.

À Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian pela oportunidade de pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do Mestrado.

Aos professores e colegas que contribuíram ao longo destes dois anos para que evoluísse como profissional na área do PLE.

A todos os meus amigos que contribuíram das mais diversas maneiras para que esta dissertação chegasse a bom rumo.

# O ENSINO DE PORTUGUÊS NA ÁSIA ORIENTAL: DE QUEM PARA QUEM.

ÂNIA SOEIRO MATOS

## RESUMO

Ao longo deste trabalho são analisados os processos de desenvolvimento histórico da língua portuguesa na Ásia Oriental, nomeadamente na República Popular da China, no Japão e na República da Coreia. Posteriormente, traça-se o quadro actual do Ensino da Língua Portuguesa na região, recorrendo, por um lado, a elementos quantitativos que nos permitem ter uma ideia da escala de como o português é tratado em cada contexto e, por outro lado, a elementos qualitativos que nos permitem ter um olhar mais minucioso da realidade para além dos números.

O que encontramos são realidades com alguns pontos em comum, mas com muitas diferenças marcadas pela história de cada país, e das suas relações com os países de expressão portuguesa, e com a própria língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: *Ensino da Língua Portuguesa; Ásia Oriental; China; Japão; Coreia do Sul.*

# **O ENSINO DE PORTUGUÊS NA ÁSIA ORIENTAL: DE QUEM PARA QUEM.**

**ÂNIA SOEIRO MATOS**

## **ABSTRACT**

Throughout this work, the historical developments and processes of the Portuguese language in East Asia, namely in the People's Republic of China, in Japan and in the Republic of Korea are analyzed. Afterwards, we delve into the current regional paradigm of Portuguese as a Second Language Teaching. Both quantitative elements, which allow us to grasp the scale and importance of the Portuguese language in each particular context, and qualitative elements, that lead to a more thorough look at reality, are taken into consideration.

We ultimately find realities with some points in common, but also with a vast array of differences, shaped by the history of each country, and by their relations with both Portuguese-speaking countries and the Portuguese language itself.

**KEYWORDS:** *Portuguese Language Teaching; East Asia; China; Japan; South Korea.*

## ÍNDICE

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>i. Tema e Objectivos .....</b>	<b>1</b>
<b>ii. Metodologia .....</b>	<b>3</b>
<b>iii. Estado da Arte .....</b>	<b>4</b>
<b>iv. Estrutura da Dissertação .....</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo 1. A Língua Portuguesa e a sua Implantação na Ásia Oriental .....</b>	<b>7</b>
<b>1.1. A Língua Portuguesa na China .....</b>	<b>7</b>
<b>1.1.1. De Malaca a Cantão .....</b>	<b>8</b>
<b>1.1.2. De Macau para a China .....</b>	<b>8</b>
<b>1.2. A Língua Portuguesa no Japão .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2.1. As Primeiras Impressões .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2.2. Da Interdição à Abertura .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2.3. A Terceira Vaga .....</b>	<b>17</b>
<b>1.3. A Língua Portuguesa na Coreia .....</b>	<b>19</b>
<b>1.3.1. As Proto-relações Luso-Coreanas .....</b>	<b>20</b>
<b>1.3.2. A Coreia e a Lusofonia nos Últimos 115 anos .....</b>	<b>23</b>
<b>Capítulo 2. O Ensino da Língua Portuguesa na Ásia Oriental .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1. O Ensino da Língua Portuguesa na China .....</b>	<b>26</b>
<b>2.2. O Ensino da Língua Portuguesa no Japão .....</b>	<b>31</b>
<b>2.2.1. O Ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e Médio no Japão .....</b>	<b>31</b>
<b>2.2.2. O Ensino da Língua Portuguesa no Ensino Superior Japonês .....</b>	<b>32</b>
<b>2.3. O Ensino da Língua Portuguesa na Coreia .....</b>	<b>39</b>

2.4. Aspectos Comparativos Gerais .....	41
Capítulo 3. Exemplos da Estrutura e Funcionamento de Universidades na Ásia Oriental.....	45
3.1. Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (DLUFL/ULED) .....	46
3.2. Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto (KUFS/UEEQ) .....	48
3.3. Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk (HUFS/UEEH) .....	50
Conclusões .....	53
Bibliografia.....	56
Anexos .....	62

## **Índice de Gráficos, Ilustrações e Tabelas**

Ilustração 1 – Localização de instituições chinesas do Ensino Superior na RPC .....	29
Tabela 1 – Instituições chinesas do Ensino Superior com cursos de PLE .....	28
Tabela 2 – Universidades chinesas com protocolos com o Instituto Camões .....	30
Tabela 3 – Instituições japonesas do Ensino Superior com cursos de PLE.....	34
Tabela 4 – Universidades japonesas com departamentos de Língua Portuguesa .....	34
Tabela 5 – Universidades japonesas com protocolos com o Instituto Camões .....	35
Tabela 6 – Acordos entre instituições lusófonas e japonesas no Ensino Superior .....	37
Tabela 7 – Universidades sul-coreanas com Ensino de Língua Portuguesa .....	39
Gráfico 1 – Universidades na Ásia Oriental com oferta curricular de PLE .....	41
Gráfico 2 – Professores de PLE na Ásia Oriental .....	42
Gráfico 3 – Aprendentes de PLE na Ásia Oriental .....	43



## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DLUFL – Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian

EPLE – Ensino de Português Língua Estrangeira

HUFS – Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk

IIM – Instituto Internacional de Macau

IPM – Instituto Politécnico de Macau

L1 – Língua Materna

L2 – Língua Segunda

LE – Língua Estrangeira

PLE – Português Língua Estrangeira

RPC – República Popular da China

SIMELP – Simpósio Mundial da Língua Portuguesa

UEEQ – Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto

## Introdução

*“Anelei, suspirei por pisar a terra da China! —  
Depois de altos preparativos, apressados a punhados de  
ouro, uma noite parti enfim para Marselha. Tinha alugado  
todo um paquete, o «Ceilão». E na manhã seguinte, por um  
mar azul-ferrete, sob o voo branco das gaivotas, quando os  
primeiros raios do sol ruborizavam as torres de Nossa  
Senhora da Guarda, sobre o seu rochedo escuro — pus a  
proa ao Oriente”.*  
Eça de Queiroz (1880)

### i. Tema e Objectivos

O foco desta dissertação situa-se no desenvolvimento do Ensino de Português Língua Estrangeira (EPLE) na Ásia Oriental. Através de um olhar centrado nas realidades chinesa, japonesa e coreana, procura-se estabelecer a comparação de um conjunto de indicadores relativos ao EPLE nesta região, com o objectivo de analisar a sua evolução, e olhar globalmente para o perfil dos agentes do processo ensino-aprendizagem neste canto do globo. Pretende-se, ainda, cartografar o percurso da língua portuguesa e das relações luso-asiáticas na referida região, de modo a compreender melhor a situação presente no âmbito do EPLE. Como o título indica, em última instância, pretendemos perceber quem ensina – Instituições e Docentes – e quem aprende Português Língua Estrangeira (PLE) no leste asiático.

Este interesse advém, em primeiro lugar, do facto da língua portuguesa possuir uma história tão longa em termos temporais quanto ampla em termos espaciais. Testemunhando o relevo desta afirmação apontamos para o seu alcance e capacidade de penetração em diversos continentes. De resto, ao atentarmos para a composição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), deparamo-nos com um conjunto de nações que comungam do interesse em cooperar e prosperar, unidos pela língua portuguesa.

Esta referência à CPLP tem tão ou mais importância se, para além de olharmos para os Estados-membros, alargarmos o nosso horizonte para os países que gozam do estatuto de Observadores Associados. De acordo com as informações presentes no

sítio oficial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2015), o estatuto de Observador foi criado em 1998, na IIª Cimeira de Chefes de Estado e do Governo da CPLP, permitindo que desde então vários Estados (ou regiões dentro de Estados) se aproximassem desta organização e pudessem contribuir para um estreitar de relações. Em 2014, na X Conferência de Chefes de Estado e de Governo, um dos Estados a quem foi atribuído este estatuto foi o Japão. Paralelamente, existe a hipótese da Região Administrativa Especial de Macau, mediante aprovação do executivo da República Popular da China, vir a ser enquadrada nesta categoria. Por agora, o Instituto Internacional de Macau (IIM) representa oficiosamente Macau como Observador Consultivo.

O que o Japão e Macau têm em comum, porém, vai muito para além da CPLP ou da língua portuguesa: fazem parte da mesma região e esfera de influência geopolítica, partilhando, por isso, relações profundas, que se traduzem de diversas maneiras, como poderemos comprovar de seguida. A referida região na qual se enquadram é usualmente designada de Ásia Oriental, e é um espaço que tem merecido do mundo lusófono, no qual nos incluímos, uma atenção gradualmente maior ao longo das últimas décadas, sobretudo devido ao interesse mútuo em cooperar nos âmbitos comercial e económico.

De forma a concretizar o que se entende por Ásia Oriental, referimos desde logo a proposta da Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD, 2013), que define pragmaticamente a Ásia Oriental como sendo o território constituído pela República Popular da China (Regiões Administrativas Especiais de Macau e Hong Kong, bem como Taiwan, estão incluídas), Mongólia, República Democrática da Coreia (Coreia do Norte), República da Coreia (Coreia do Sul) e Japão.

A divisão sugerida pela UNSD é tida como a mais comum, e é passível de ser justificada quando a cruzamos com o que Harm de Blij, citado por Weightman (2010), propõe: entende-se que um domínio geográfico [como é o caso da Ásia Oriental] compreende três conjuntos de critérios espaciais, sendo o primeiro, mais geral, respeitante às características físicas e culturais do domínio; o segundo, às interações funcionais entre os povos e os seus ambientes naturais; e o terceiro centra-se nos grandes agrupamentos populacionais à escala mundial. Podemos inferir que o que

confere unidade a este espaço é o resultado das relações e interacções históricas, culturais e comerciais ancestrais dos povos que aí coabitam, e que hoje em dia se reflectem em traços comuns e em espaços com um certo grau de semelhança.

Alguns aspectos que Weightman (2010) refere e que avaliamos como pertinentes para este trabalho dizem respeito à dinâmica regional deste domínio. Ao longo de aproximadamente 7000 anos, a Ásia Oriental tem tido como grande centro civilizacional a China, exercendo este país uma enorme influência política, cultural e económica nos seus vizinhos, nomeadamente a Coreia e o Japão. No caso da língua portuguesa, e considerando essa dinâmica regional e toda a bagagem cultural referida anteriormente, iremos ver, nos capítulos seguintes, de que modo é que as relações com os países lusófonos possibilitaram a introdução e o desenvolvimento do ensino da língua portuguesa na região, e se será possível falarmos de homogeneidade no decurso deste processo.

## **ii. Metodologia**

Para alcançar os objectivos a que nos propusemos, foi necessário focarmo-nos em dois momentos distintos, fazendo com que convergissem de forma lógica no corpo da dissertação. Primeiro, e para o estudo do passado do PLE na Ásia, foi recolhida e consultada bibliografia que esclarecesse como é que as relações entre os países lusófonos e os países do oriente asiático se estabeleceram, e como é que a partir daí se desenvolveu o ensino da língua portuguesa como hoje o conhecemos.

Paralelamente procurou-se também recolher materiais que nos permitissem cartografar, passe a expressão, o actual panorama do PLE na Ásia Oriental. Esses materiais consistem em obras bibliográficas, artigos, dissertações, matérias jornalísticas, sem esquecer os dados estatísticos apresentados pelas Embaixadas – instituições que são instrumentais no aprofundamento de relações e no diálogo franco entre os países lusófonos e os países asiáticos em questão.

Este processo de recolha documental foi iniciado em Setembro de 2013, quando começaram a ser pensados os trabalhos individuais e de grupo, na componente curricular do Mestrado, e foi concluído em Março de 2015, de forma a incluir informação o mais actual possível.

Contudo, e porque a recolha e análise de documentos já existentes constituem etapas importantes, mas não as encaramos como um ponto de chegada num trabalho desta natureza, foi pretendido incorporar na dissertação novos testemunhos e experiências, obtidos principalmente através da realização de entrevistas (abertas e fechadas) a quatro Leitores com experiência no ensino de PLE na região, bem como através da participação no I Curso de Formação de Professores de Português do Norte da China, acolhido pela Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (DLUFL/ULED) em parceria com o Instituto Politécnico de Macau (IPM). As entrevistas foram realizadas num intervalo de tempo entre Janeiro e Dezembro de 2014, e a participação no Curso ocorreu de 21 a 25 de Abril de 2015.

### **iii. Estado da Arte**

Temos como objectivo, através deste trabalho, contribuir para o *corpus* de conhecimento sobre o EPLE no contexto da Ásia Oriental. Não tendo existido até à presente data qualquer investigação que tenha proposto fazer uma análise simultânea dos diversos contextos intra-regionais de ensino da Ásia Oriental, cremos que a pertinência desta dissertação se justifica em parte pelo vazio que procura preencher.

No entanto, existem distintas e valiosas contribuições que discorrem sobre temas com os quais este trabalho se cruza, e sem as quais seria penoso levar a tarefa a que nos propomos a bom rumo. Desde logo, menção para *O Ensino da Língua Portuguesa na China - Caracterização da Situação Actual e Propostas para o Futuro*, de Zheng Shanpei (2010), e *Português Para Alunos Japoneses: Propostas Didácticas*, de Íris Rocha (2013), que se debruçam sobre os contextos de ensino chineses e japoneses, respectivamente.

Sobre o contexto chinês, aliás, é de referir que a investigação sobre o PLE tem produzido variados recursos como *O Português na China - Ensino e Investigação*, editado por Maria José Grosso e Ana Paula Cleto (2014); *A Selecção e a Produção de Materiais Didácticos no Processo do Ensino do Português aos Alunos Chineses*, de Cheng Cuicui (2012); *Frequentar a Universidade: Reflexões sobre o "Ser Estudante" na China e em Portugal*, de Ai Yuan (2012); *Aprender Português na China - O Curso de Licenciatura em Língua e Cultura Portuguesas da Universidade de Estudos Internacionais de Xangai: Estudo de Caso*, de Ran Mai (2006); *Português Língua*

*Estrangeira no Continente Chinês: Situação Actual e Alguns Aspectos a Melhorar*, de Yan Qiaorong (2008); ou *Representações sobre a Aprendizagem da Língua Portuguesa do Público Chinês Universitário*, de Liu Qian (2012), entre outras dissertações e artigos.

É por demais evidente que, enquanto no caso do PLE na China somos confrontados com bastantes trabalhos de investigação, no caso do Japão e da Coreia a produção de recursos análogos em língua portuguesa escasseia – ou é mesmo inexistente, como observamos no caso da Coreia. Salientamos *A Língua Portuguesa No Japão*, uma edição de Gabriel Antunes de Araújo e Pedro Aires (2008), e que compila um conjunto de artigos apresentados no âmbito do I SIMELP (Simpósio Mundial da Língua Portuguesa), que teve lugar em São Paulo. Referimos ainda o contributo do *Bulletin of Portuguese - Japanese Studies*, que em alguns dos seus números divulgou artigos sobre a presença da língua portuguesa no Japão, como *Portuguese-Japanese Language Contact in 16th Century Japan*, de Akira Kono (2001), ou *Language Contact between Portuguese and Japanese - Functions of Code-Switching in the Speech of Brazilians Living in Japan*, de Ellen Nakamizu (2003).

Conforme referimos anteriormente, não temos conhecimento de nenhum recurso específico sobre a realidade da China, Japão e Coreia, em termos comparativos, respeitante ao ensino do PLE. Existem obras como *Education Reform and Education Policy in East Asia* e *The Search for New Governance of Higher Education in Asia*, ambas editadas por Ka-Ho Mok (2006 e 2010), ou *Mass Higher Education Development in East Asia - Strategy, Quality, and Challenges*, editada recentemente por Jung Cheol Shin, Gerard A. Postiglione e Futao Huang (2015), que discutem alguns aspectos gerais sobre o Ensino Superior na Ásia Oriental, mas que não nos permitem estabelecer nenhuma ligação singular com o ensino da língua portuguesa na região.

#### **iv. Estrutura da Dissertação**

A presente dissertação procura discutir e analisar o tema proposto através de uma disposição em três capítulos. Estes capítulos compreendem a análise – do mais geral para o mais específico – da presença da língua portuguesa e do seu ensino na Ásia Oriental.

Assim, no Capítulo 1, partindo das relações entre os países lusófonos e os seus homólogos da Ásia Oriental, procura-se analisar como é que a língua e cultura lusófonas vão ganhando o seu espaço na China, Japão e Coreia, desde o período de Expansão marítima até ao início do século XXI, e quais as especificidades que podemos observar em cada parte da região.

No Capítulo 2, o enfoque move-se para o Ensino do Português Língua Estrangeira propriamente dito, sobretudo ao nível do Ensino Superior – embora no caso do Japão também se analise o Ensino Médio, por razões que se prendem com a demografia nipónica. O objectivo é analisar as características do EPLE na Ásia Oriental, fazendo um levantamento das instituições e agentes de ensino, enquanto se procura caracterizar, simultaneamente, alguns aspectos do processo como um todo.

O Capítulo 3 surge devido à necessidade de aprofundar os aspectos referidos no capítulo anterior, materializando as linhas que dão forma ao processo de EPLE através da análise de três instituições do Ensino Superior sediadas na Ásia Oriental: a Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (DLUFL/ULED); a Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto (KUFS/UEEQ) e a Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk (HUFS/UEEH). Procura-se, no final deste capítulo, responder à pergunta presente no título da dissertação.

## Capítulo 1. A Língua Portuguesa e a sua Implantação na Ásia Oriental

“Em muitos pontos do globo, a língua portuguesa terá ‘entrado e saído’ com relativa precariedade. Mas em muitos ficou e ainda hoje perdura. As razões que o explicam são, evidentemente, de natureza histórica, política e administrativa, institucional, social, cultural e familiar.

E as condições dessa mesma permanência variaram, no tempo e no espaço em termos muito diferentes entre si.”

Vasco Graça Moura (2005)

A citação com que iniciamos este capítulo, da autoria de Vasco Graça Moura (2005), remete-nos para a universalidade da língua portuguesa e, simultaneamente, para a complexidade inerente ao alcance da sua introdução fora do espaço onde teve origem. O mesmo autor (2005), na sua contribuição para a publicação *Atlas de Portugal*, propõe como exercício que possamos imaginar “um missionário, ou um comerciante português a chegar às partes da China ou do Japão [...] e começarem a entregar-se à sua actividade, falando e fazendo-se entender”. Apesar da aproximação entre o *eu* e o *outro* que esta ideia nos transmite, todos os factores que influem nesta relação abrem caminho a percursos diferentes da língua portuguesa no espaço asiático.

No âmbito desta dissertação, o nosso raio de análise limita-se aos contextos da China, Japão e Coreia do Sul, pelo facto de representarem conjunturas nas quais presentemente o EPLE adquire maior importância, até pela própria posição que estes países ocupam no pelotão da economia mundial e que se traduz numa aposta no ensino de línguas estrangeiras. De seguida, iremo-nos debruçar sobre cada contexto separadamente.

### 1.1. A Língua Portuguesa na China

Quando falamos das relações sino-portuguesas, estão em equação mais de 500 anos de história. Respeitando sobretudo a ordem cronológica dos acontecimentos, propomos discutir como se processam essas relações e qual o papel da língua portuguesa no seu seio.



### **1.1.1. De Malaca a Cantão**

Os primeiros passos da presença portuguesa na China terão sido possíveis, tão cedo quanto no ano de 1513, devido em grande medida à conquista de Malaca, dois anos antes, por Afonso de Albuquerque. Disney (2011) refere, a este propósito, que ao controlar um ponto estratégico absolutamente fundamental para o trânsito marítimo entre o Oceano Índico e a Ásia Oriental e Ásia do Sudeste, Albuquerque alcançou a chave para o conhecimento de povos e civilizações de quem a Europa detinha um saber relativamente parco – não ignorando, igualmente, a importância da vertente comercial que se inaugurava.

Em 1513, Jorge Álvares foi incumbido por Albuquerque de servir como emissário na primeira vez que um povo europeu chegaria por mar à China (Disney, 2011). Álvares logrou pisar solo chinês na Ilha de Lingding (内伶仃岛), conhecida na época como Ilha de Lintin<sup>1</sup>, situada no Rio das Pérolas, a sul da actual província de Guangdong (广东, Cantão), onde ergueu um padrão (Disney, 2011). Esta ilha teria a particularidade de ser conhecida, através de relatos, como o único local no sul da China onde os chineses consentiam o comércio estrangeiro (Ride; Ride e Fairbank, 1999).

Já depois de Rafael Perestrello ter ido mais além, e atracado em território continental chinês, nomeadamente em Cantão, iniciando trocas comerciais naquela região, uma embaixada oficial liderada por Tomé Pires, em 1517, despoleta um conjunto de acontecimentos que leva a relações algo tensas nos anos seguintes entre Portugal e China, culminando com a expulsão dos portugueses dos portos chineses em 1521 (Disney, 2011).

### **1.1.2. De Macau para a China**

A posição dos portugueses, longe de ser invejável, não foi impeditiva de prosseguir a sua actividade comercial, embora inicialmente na clandestinidade. O estabelecimento gradual dos portugueses em Macau, a partir de 1553, só foi possível

---

<sup>1</sup> Os portugueses chamavam a esta ilha de Tamão, com origem no cantonês Tuen Mun (屯門), embora na realidade aquilo que hoje é conhecido com Tuen Mun não seja uma ilha, mas sim uma parte continental do território de Hong Kong.

através de uma melhoria das relações sino-portuguesas, atribuídas em parte ao auxílio prestado pelos portugueses no combate à pirataria na costa chinesa (Almeida, 2013).

Macau (澳門, Aomen) passou, desde então, progressivamente a ser um dos pilares lusófonos na Ásia, contribuindo para o diálogo, compreensão e inclusivamente miscigenação entre culturas tão distintas. Mesmo após a transferência de soberania para a China, em 1999, alguns traços da língua e cultura lusófonas mantêm-se vivos em Macau, testemunhando a franca comunhão entre Portugal e a China, não se ignorando, é certo, a existência de períodos de maior tensão ou alheamento diplomático próprios de uma relação tão longa.

O que também terá contribuído para um entendimento entre os povos foi a criação das bases da Sinologia, através de escritos como o “Tratado das Cousas da China”, de Frei Gaspar da Cruz, e relatos de cronistas como Fernão de Castanheda ou João de Barros. Ramos (1990) refere igualmente a elevada contribuição dos “escritos e cartas da primeira geração de Jesuítas que penetraram no Império do Meio” a partir do último quartel do século XVI, e dos pioneiros que os antecederam e que deixaram os seus testemunhos em cartas e “enformações”, contribuindo para um manancial documental que relata a experiência dos primeiros portugueses na China em primeira mão.

Hoje em dia, a China mantém relações diplomáticas com oito países lusófonos, com excepção de São Tomé e Príncipe<sup>2</sup>, e assume relações privilegiadas de natureza comercial, económica e político-estratégica com o Brasil, Angola e Portugal (Zheng Shanpei, 2010). As relações bilaterais entre a China e os países lusófonos começaram a intensificar-se em meados da década de 1970, enquanto as relações comerciais tiveram que esperar pelo ano de 1987, marcado pelas reformas políticas que resultaram na abertura da China ao exterior (Zheng Shanpei, 2010).

O papel do Governo chinês no domínio da Educação – designadamente ao nível das línguas – até ao final da década de 1970 enviesou o ensino do português, usando-o sobretudo para servir objectivos estratégicos do Governo Central (Ran Mai, 2006). Talvez por essa razão, o papel da língua portuguesa na China, mesmo após a abertura

---

<sup>2</sup> São Tomé e Príncipe mantém relações diplomáticas com Taiwan, e defende institucionalmente a presença de Taiwan nos órgãos de decisão internacionais.

do país, seja ainda um pouco residual. Inclusivamente em Macau, onde o Português ainda é uma língua oficial, esta não é falada pela vasta maioria da população. Espadinha e Silva (2009) justificam este cenário pela circunstância da administração portuguesa de Macau ter apostado muito tardiamente na língua portuguesa. Esta apenas terá adquirido um papel importante nas intenções políticas dos governantes quando a passagem de testemunho para a República Popular da China seria não mais que uma questão de tempo.

Por outro lado, o patuá macaense, uma língua crioula que deriva do português, aparenta estar igualmente em vias de extinção. Este subsiste ainda numa fracção da comunidade nativa macaense, bem como em alguns vocábulos introduzidos no Português de Macau, como são exemplo *sapeca* (dinheiro); *fula* (flor); *buburiça* (dizer disparates); *chacha* (mulher velha) e *quelora* (naquela altura ou naquele tempo) (Espadinha e Silva, 2009).

Em traços gerais, a língua portuguesa perdura em Macau principalmente através do legado da presença portuguesa em Macau (concretizado, por exemplo, em instituições e eventos que ainda hoje sobrevivem), e em crescendo no Ensino Superior chinês – quer em Macau, quer na China Continental.

## **1.2. A Língua Portuguesa no Japão**

A língua portuguesa no Japão tem uma história com quase cinco séculos de existência. Caracterizada por avanços e recuos, por alturas de verdadeira expansão e de profundo alheamento, a língua portuguesa no presente está enquadrada num processo relativamente recente – de não mais que algumas décadas – bastante diferente dos que lhe antecederam.

### **1.2.1. As Primeiras Impressões**

Desde logo, os portugueses são reconhecidos como os primeiros europeus a chegar ao Japão, acontecimento que tem lugar na primeira metade da década de 40 do século XVI, quando um conjunto de comerciantes a bordo de um junco chinês atraca, provavelmente por acidente, na pequena ilha de Tanegashima (種子島), nas ilhas Ōsumi (大隅諸島), a sul da ilha de Kyūshū (九州) (Mason, 1997; Hall, 1991).

Ainda na actualidade é difícil determinar com precisão a data e a autoria desta casual descoberta: a julgar pelo cronista António Galvão, no seu *Tratado dos Descobrimentos* (1563), a viagem ter-se-á dado em 1542 e nela terão estado envolvidos os aventureiros António da Mota, Francisco Zeimoto e António Peixoto. Contudo, Fernão Mendes Pinto, na sua *Peregrinação* (1614), afirma ter sido um dos primeiros portugueses a calcar a Terra do Sol Nascente, juntamente com Diogo Zeimoto e Cristóvão Borralho. O cruzamento dos relatos de Mendes Pinto com outros relatos portugueses da época (nomeadamente de Diogo do Couto) e com alguns textos japoneses (como o *Teppô-Ki*<sup>3</sup>, editado em 1614 e redigido entre 1596 e o ano da edição) parecem apontar para a veracidade da primeira hipótese (Loureiro, 1990).

Para além de atribulado, o desembarque e consequentes primeiros contactos entre Ocidentais e habitantes da Ásia Oriental despoletaram reacções muito diferentes – em muitos aspectos, completamente antagónicas – em ambos os povos. Não que tenha havido atrito entre os países envolvidos; tal forma de relacionamento conflituoso só se verificaria décadas mais tarde, após a chegada holandesa ao arquipélago e encerramento do Japão face ao estrangeiro – processo gradual, cujo início é marcado pelas revoltas dos camponeses católicos em Shimabara (島原), na previamente referida ilha de Kyūshū (九州), em 1637-1638 (Loureiro, 1990). Mas o cruzamento de duas realidades completamente distintas é evidente, mais que não seja após a leitura e análise de relatos contemporâneos à chegada lusitana ao então chamado *Extremo Oriente*.

Aquando da chegada portuguesa a Tanegashima (種子島), o Japão encontrava-se embrenhado num profundo caos interno político e administrativo. Nos séculos que se antecederam, constatou-se uma gradual mas rápida desagregação do poder, retirando a centralidade do poder à figura do imperador, e passando a vigorar um regime de tipo feudal, com núcleo na figura do *shōgun* (将軍)<sup>4</sup>. O poder “passou a assentar no prestígio e na capacidade mobilizadora de um guerreiro” (Oliveira e Costa,

---

<sup>3</sup> 鉄砲記, *Livro das Espingardas*, composto por Daiiruiji Bunji, um sacerdote budista, e destinado ao senhor de Tanegashima, Hisotoki. Entre os textos referentes à introdução da arma de fogo na cultura nipónica, encontramos relatos da chegada portuguesa ao Japão.

<sup>4</sup> Em língua portuguesa costuma-se empregar o vocábulo *xógum*, sendo também possível traduzir – ignorando o contexto cultural – como general.

1995) e as terras passaram para o controlo de grandes senhores provinciais que, através do estabelecimento de alianças e contra-alianças, tentavam ganhar controlo sobre os territórios adjacentes. As pequenas comunidades procuraram, assim, refúgio no poder de indivíduos fortes e honrados – nomeadamente os *samurai*, regidos pelo tradicional código *bushidō* (武士道, “o caminho do guerreiro”) (Mason, 1997).

Nos anos que se seguiram à descoberta do Japão, como observa Oliveira e Costa (1995), o interesse em divulgar a novidade foi vastamente ultrapassado pela vontade empreendedora dos comerciantes portugueses fixados na Ásia Oriental que, de imediato, se dedicaram ao aproveitamento de uma das rotas mais lucrativas do Estado da Índia.

Por volta de 1546, a notícia da chegada à *Terra do Sol Nascente* começou a ser discutida em Malaca, mas ainda não chegara a Goa. Só em 1547, após o contacto estabelecido entre Francisco Xavier e comerciantes portugueses no Japão (que, consigo, traziam três fugitivos daquele país), prolífera troca de cartas entre este e outros padres jesuítas europeus exaltados pelo desejo de missão descortina o véu sobre o Japão (Loureiro, 1990). Em 1548-1549, começam a surgir as primeiras descrições do império japonês, atribuídas a Jorge Álvares, Francisco Xavier e Nicolau Lancilotto. O cruzamento destas informações permite compreender sucintamente a forma como os homens da época viam e entendiam o território nipónico (Loureiro, 1990).

A primeira descrição, de Jorge Álvares (1547), citado por Loureiro (1990), para além de sintetizar em traços gerais o país conhecido na altura, é o primeiro relato resultante de uma experiência directa em solo japonês – facto que redobra a importância do texto. Na *Informação das cousas do Japão*, o capitão começa por estabelecer a situação geográfica do Japão, fornecendo de imediato uma série de informações essenciais para os mercadores da época: a extensão do país, os portos conhecidos, alusão a alguns portos que ainda não teriam sido explorados.

De seguida, enceta uma descrição da flora local, quer da nativa quer da resultante da exploração agrícola, e da fauna constituinte do território. Depois de proceder ao esboço da hidrografia e dos principais fenómenos geológicos (para os portugueses, a constante actividade sísmica e vulcânica nipónica constituía uma

fascinante novidade), Álvares retrata o povo japonês, a sua organização social e os seus hábitos e tradições. Ao longo de todo o texto, é notório o apreço do explorador pela cultura local, registando-se inclusivamente algumas expressões afectuosas no decorrer da narrativa<sup>5</sup>.

O segundo relato, de Francisco Xavier (1548), citado por Loureiro (1990), advém de informações cedidas por Anjiró, um dos fugitivos japoneses com que o padre se cruzara e que entretanto decidira converter-se ao cristianismo. Este segundo texto é claramente mais direccionado aos padres jesuítas contemporâneos: apesar de mencionar características gerais do território – designadamente a extensão da ilha principal –, o evangelizador preocupa-se sobretudo em traçar com rigor os cenários político e religioso vigentes, bem como as formas de divulgação cultural praticadas. Porém e talvez por, na prática, estarmos perante um relato de segunda ordem (um relato de outro seu congénere) o caos político-administrativo japonês não é evidente pela análise textual; aliás, a leitura do texto aponta para uma hierarquia social em tudo similar àquelas que se verificam um pouco por toda a Europa<sup>6</sup>.

Para além da ausência de qualquer menção aos conflitos internos, restam algumas dúvidas factuais - primeiramente, a real identidade do indivíduo apelidado de “rei” (um pouco, aliás, como no primeiro texto, em que Álvares erroneamente atribui esse título ao chefe local): apesar de, no parágrafo seguinte, se inferir uma referência ao imperador Ōgimachi (正親町), líder formal do país, o líder *de facto* era o *shōgun* Ashikaga Yoshiteru (足利 義輝), que aqui surge retratado como uma espécie de general. Em segundo lugar, referenciam-se “senhores”, comparados a “duques”, que deverão ser os *shugo* (守護, “governadores”), antecessores dos *daimyō* (大名, “senhores feudais”), mas a sua contagem total parece ficar aquém do número de oficiais conhecidos na época.

---

<sup>5</sup> “É gente pouco cobiçosa e muito maviosa. Se ides a sua terra, os mais honrados vos convidam que vades comer e dormir a sua casa, parece que vos querem meter na alma.” (Álvares, 1547).

<sup>6</sup> “... A ilha do Japão (...) toda é senhoreada por um rei, debaixo do qual diz que há aí outros senhores à maneira dos duques – em todo o Japão havia catorze. E que quando morre algum destes senhores, seu filho primogénito é herdeiro no estado, e aos outros filhos dá alguns lugares para seu sustentamento, contanto que sempre estejam à obediência do maior; de maneira que nunca deixam dividir o estado” (Xavier, 1548).

À semelhança da informação de Jorge Álvares, também a descrição de Francisco Xavier encara os japoneses com admiração, sendo provavelmente a passagem melhor exemplificativa desse sentimento aquela em que o padre missionário se refere à escrita de crónicas na terra insular<sup>7</sup>. A comparação de igualdade estabelecida neste parágrafo é muito significativa – um ocidental admitir que há povos tão ou mais civilizados e instruídos quanto o seu espelha, no mínimo, o espanto pela existência de povos organizados em comunidades similares às europeias em locais tão remotos do planeta.

Posteriormente há que analisar os textos do padre jesuíta, de origem italiana, Nicolau Lancilotto. Numa etapa inicial, seguindo um pouco o exemplo de Francisco Xavier, foca-se sobretudo em matérias religiosas, com o intuito de delimitar estratégias de actuação da missão no Oriente (Loureiro, 1990). Depois de um pedido do governador da Índia, Garcia de Sá, redigiu outra informação, de índole sociocultural. Dos três relatos iniciais, o de Lancilotto é o menos emotivo – na verdade, denota-se alguma impaciência logo no primeiro parágrafo<sup>8</sup>; já a nível de informação concernente ao panorama político-administrativo, é o mais completo e preciso, resumindo, num parágrafo<sup>9</sup>, os conflitos internos no país e atribuindo correctamente o poder central ao *shogun* (também aqui apelidado de “rei”). Da restante dissertação, é possível ainda destacar a descrição do armamento e tácticas militares japonesas, bastante pormenorizada (Loureiro, 1990).

Paralelamente às primeiras descrições, é obrigatório referir o relato enunciado por outro padre jesuíta – Luís Fróis – até 1585. O *Tratado das Contradições e Diferenças de Costumes entre a Europa e o Japão* é um curto mas aprofundado estudo

---

<sup>7</sup> *Esta gente escreve crónicas, da mesma maneira que nós fazemos, das suas histórias e feitos. Parecem, segundo os costumes e viveza de engenho, mui conformes a nós outros, e este que dá estas informações é de tanta habilidade que qualquer de nós outros lhe poderá ter inveja, e demonstra, assim com palavras como com obras, aborrecer-lhe muito todo o género de vício que tem visto entre os nossos*” (Xavier, 1548).

<sup>8</sup> *“As outras cousas singulares não procurei saber tão diligentemente, por me parecer não serem tão acomodadas e necessárias à minha profissão. Mas porque Vossa Mercê me manda que eu faça perguntas sobre as ditas cousas seculares, não pude deixar de obedecer a quem tanto devo”* (Lancilotto, 1548).

<sup>9</sup> *“O que Vossa Mercê pergunta se entre os japões se faz guerra, diz que entre os duques e senhores da mesma ilha muitas vezes nascem guerras por algumas diferenças, assim como entre os nossos, e pelejam uns com os outros, e se matam muitos homens, porque são grandes senhores e têm muita gente. E quando não se consertam, o rei principal, que é como o imperador entre nós, a que chamam entre eles Guoxi, os manda apaziguar...”* (Lancilotto, 1548).

antropológico e sociocultural que, através da análise sistemática e comparativa de vários comportamentos típicos do continente europeu e do Japão, permite-nos compreender melhor as sociedades contrastantes que se mesclaram na segunda metade do século XVI.

Organizado em catorze capítulos, cada um referente a uma determinada temática social (o capítulo inicial é dedicado ao *“que toca aos homens, em suas pessoas e vestidos”*, o quinto capítulo debruça-se sobre os *“templos, imagens e coisas que tocam ao culto de sua religião”*, o capítulo final centra-se em *“algumas coisas diversas e extraordinárias que não se podem bem reduzir aos capítulos precedentes”*<sup>10</sup>, para citar três exemplos), o *Tratado das Contradições* é um discurso de cadência lógica elementar: todos os parágrafos seguem um raciocínio de oposição (Loureiro, 2001).

Ao invés das inflamadas informações portuguesas, imbuídas de apreço pelo povo nipónico, e dos relatos japoneses, cujo despreço pelos bárbaros do Sul entrava nos domínios do desdém, o *Tratado* de Luís Fróis é, dentro de todos os possíveis, imparcial, apenas enumerando as diferenças entre europeus e japoneses, evitando cair na tentação de fazer juízos de valor.

E não obstante certo eurocentrismo na elaboração de algumas comparações, com utilização de termos na primeira pessoa do plural, não é empregue qualquer qualificador: *“Entre nós, ter os olhos brancos não se estranha; os japões o têm por monstruoso, e é coisa rara entre eles”* (Fróis, 1585 ed. por Loureiro, 2001). Em momento algum se diz que a posição europeia é superior ou inferior à japonesa. Em última análise, o texto de Luís Fróis defende as diferenças culturais como meras discrepâncias não de qualidade, mas somente de forma e execução, o que ajuda a fazer de si um dos relatos mais interessantes e actuais deste período que, em suma, é caracterizado por uma tentativa de compreensão mútua, embora com fins distintos.

### **1.2.2. Da Interdição à Abertura**

As relações estabelecidas entre Portugal e Japão chegam ao fim em 1639, praticamente um século após o primeiro contacto, aquando da entrada em vigor da

---

<sup>10</sup> A título de curiosidade, no último capítulo desta obra, Fróis propõe-se a contrastar acções muitas vezes aleatórias: desde a forma de apanhar moscas, ao medo (ou ausência dele) da noite, passando pelo acto reflexo do espirro, tudo o que entra no seu domínio de conhecimento é escrutinado pelo padre jesuíta.



política *sakoku* (鎖国) por parte do *bakufu* Tokugawa (徳川幕府)<sup>11</sup>, que interdita a presença de todos os estrangeiros – excepto os holandeses em Nagasaki (長崎) – em solo nipónico, sob o pretexto da consolidação e estabilidade políticas por oposição à ameaça do Cristianismo (Hall, 1991).

Esta presença portuguesa em território japonês – à qual se pode associar a presença espanhola – não terá tido um impacto deveras significativo em termos económicos e religiosos no Japão visto como um todo, embora seja de salientar que a missão deixou inegavelmente a sua marca, sobretudo na região norte da ilha de Kyūshū (九州) (Mason, 1997). Esse traço é visível, por exemplo, na importação de diversos vocábulos da língua portuguesa. Araújo (2008) faz referência à expansão da língua portuguesa como subproduto da expansão da fé católica, mas ressalva que a compreensão da língua do *outro* mantém a sua importância pela sua aplicação como língua de pregação, abrindo caminho a obras como *A Arte da Língua Iapoa*, de João Rodrigues (ca. 1604), que visam o aprofundamento do conhecimento das línguas vernáculas.

Araújo (2008) pondera sobre as trocas de itens lexicais entre o idioma português e o japonês, citando Fonseca (1985), e refere um universo de aproximadamente quatro mil palavras de origem portuguesa que terão utilização na língua japonesa, termos esses que passam, em primeira instância, por um processo de nativização e apropriação. Entre esses itens destacam-se *pan* (パン), *botan* (ボタン) ou *kasutera* (カステラ), cuja etimologia é pão, botão e castela (vulgo pão-de-ló), reflectindo a introdução de novas práticas e conceitos relacionados com a culinária e o vestuário trazidos pelos portugueses durante esse século caracterizado pela aproximação de culturas.

Durante mais de dois séculos o contacto entre o Japão e o exterior é, como já foi referido, altamente condicionado, mas com o enfraquecimento progressivo do *bakufu* Tokugawa (徳川幕府) e com a instauração do novo período Meiji (明治時代) a partir de meados do século XIX, um novo fulgor é vivenciado pela língua portuguesa no Japão, sublinhado pela chegada ao Japão do professor João Abranches Pinto, em 1918,

---

<sup>11</sup> *Bakufu* é traduzido como xogunato, ou seja, regime no qual o *shōgun* (将軍) lidera o Governo. Entre 1603 e 1868 essa figura é proveniente do clã Tokugawa (徳川氏).

e dois anos mais tarde com a inauguração do primeiro curso universitário de Língua e Cultura Portuguesas na Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio (Araújo, 2008).

Paralelamente, neste período somos confrontados com um processo de troca linguística com uma configuração distinta do século XVI: apesar da integração da língua portuguesa nos currículos académicos japoneses, a principal plataforma de contacto entre a língua portuguesa e a língua japonesa, no início do século XX, é o Brasil, com o fluxo de imigração japonesa (Kono, 2001).

Nesse sentido, as comunidades japonesas no Brasil adoptam ao longo da sua estadia um conjunto de palavras emprestadas da língua portuguesa na sua produção oral e escrita, bem como fornecem ao português do Brasil um conjunto de vocábulos – em escala menor – como os que Kono (2001) ilustra no seu estudo<sup>12</sup>.

### **1.2.3. A Terceira Vaga**

Nos parágrafos anteriores encontramos descritos os dois primeiros passos do processo de intersecção entre a língua e cultura portuguesas e as suas congéneres japonesas. Em resumo, temos um primeiro momento impulsionado pelo processo de expansão marítima portuguesa, de troca linguística em território japonês, ao qual se segue um hiato forçado de mais de duzentos anos. Posteriormente ocorre um segundo momento que assenta em dois grandes pólos: um no Japão, no qual o investimento na aprendizagem da língua e cultura lusófona é feito sobretudo a nível universitário; e outro no Brasil assente num fenómeno de miscigenação cultural, no qual ambas as línguas assumem características de hibridização marcadas por empréstimos vocabulares.

A razão pela qual nos referimos à imigração japonesa no Brasil, um processo aparentemente distante do que propomos tratar na presente dissertação, assenta na importância que este teve na génese de um terceiro momento de contacto entre as culturas lusófona e nipónica. A partir de meados da década de 80 do século XX, tem origem o denominado “Movimento *Dekassegui*” (Kono, 2001; Sasaki, 2002). Sasaki (2002) descreve os *Dekasseguis* como cidadãos sul-americanos, entre os quais destaca

---

<sup>12</sup> *Nissei* (traduzido literalmente como “segunda geração”, significando uma pessoa de ascendência japonesa, nascida e criada no Brasil); *sansei* (“terceira geração”, ou seja, um descendente de um *nissei*) e *poncã* (citrino com origem no Japão).

os brasileiros, descendentes de japoneses que emigraram para o Brasil, e que exercem no Japão cargos que exigem mão-de-obra pouco qualificada.

Este fluxo, facilitado pelas alterações à Lei da Imigração japonesa de 1990, possibilita aos nipo-brasileiros e aos seus cônjuges trabalhar no país sem grandes limitações, o que veio a viabilizar a formação de diversas comunidades nipo-brasileiras em prefeituras como Gunma (群馬県), Shizuoka (静岡県), Aichi (愛知県) e Shiga (滋賀県), áreas predominantemente industriais (Nakamizu, 2003).

Nakamizu (2003) refere que nas prefeituras supracitadas é possível identificar a presença das comunidades nipo-brasileiras através das indicações em língua portuguesa em diversos pontos de comércio e hotelaria, bem como pela propagação da imprensa escrita, em língua portuguesa, nessas regiões. A mesma autora (2003) adianta que embora muitos nipo-brasileiros tenham emigrado com o objectivo de permanecer apenas três a cinco anos fora do Brasil, muitos deles acabam por prolongar a sua estadia, o que resulta num acréscimo de crianças nascidas e/ou criadas no Japão, em ambiente bilingue, falando português em casa e japonês no exterior. Daí Nakamizu (2003) descrever um contexto de permanente contacto linguístico com repercussões directas no discurso destas crianças, em particular através da mudança de código (linguístico).

Kono (2001) menciona a respeito de toda esta conjuntura multicultural que a língua portuguesa falada no Japão por estas comunidades é caracterizada pelo empréstimo vocabular de termos do seu quotidiano, como *dekasegi* (trabalhar fora de casa), *yakin* (turno da noite), *hirukin* (turno de dia), *kyukei* (pausa para café), *zangyo* (horas extraordinárias), *shacho* (presidente de uma empresa) ou *hancho* (encarregado de uma fábrica).

Tal como nos períodos anteriores em que o contacto entre as línguas não foi meramente unidireccional, também diversas palavras do português (sobretudo da sua variante brasileira) ganham espaço no léxico japonês, não só pelo papel das comunidades nipo-brasileiras, como também pelo papel da cultura e do desporto oriundos do Brasil, que em alguns casos precede e noutros coabita com o fenómeno *Dekassegui* (Kono, 2001; Araújo, 2008). Kono (2001) oferece como exemplos de

palavras importadas para a língua japonesa a partir do português *sereson* (セレソン, selecção), *kapiton* (カピトン, capitão), *boranchi* (ボランチ, volante), *marishia* (マリシア, malícia), *shurasuko* (シュラスコ, churrasco), *feijon* (フェイジョン, feijão), *pinga* (ピンガ, pinga) ou *rodijio* (ロヂジオ, rodízio), ligadas ao desporto e à gastronomia.

### 1.3. A Língua Portuguesa na Coreia

Por contraste com o que presenciamos nos vizinhos Japão e China, a República da Coreia oferece-nos, desde logo, um conjunto de dificuldades no que diz respeito à recolha de informação relativa ao percurso da língua e cultura lusófonas na península coreana. Abordámos, nos subcapítulos anteriores, a longa história de contactos sino-portugueses e nipo-lusófonos, de índole sobretudo religiosa (missionação) e comercial, cuja longevidade e intensidade não é comparável aos tímidos contactos com a Coreia.

Uma das justificações poderá estar no contexto geopolítico da península coreana, sobretudo face aos seus vizinhos chineses e japoneses. Ao longo da história, a Coreia não só serviu de ponte entre a China e o Japão, como também foi palco de diversos conflitos, muitos dos quais tinham como objecto de interesse o controlo da Coreia, política ou territorialmente. Desses conflitos destacamos as invasões japonesas de 1592 e 1597, e as invasões manchus – do Império Qing (清朝)<sup>13</sup> – em 1627 e 1636 (Peterson, 2010).

Anteriormente, os mongóis, que controlariam a China fundando a dinastia Yuan (元朝)<sup>14</sup>, também invadiram sucessivamente a Coreia através de um conjunto de campanhas militares entre 1231 e 1259, acabando por sujeitá-la a tornar-se um Estado-vassalo da China Yuan (Peterson, 2010). Este domínio consentido acabou em última instância por criar anticorpos que levaram à ascensão de uma nova dinastia na Coreia – Chosŏn (조선) – e foi absolutamente decisivo para os novos governantes coreanos decidirem limitar o contacto com o exterior (Seth, 2011).

---

<sup>13</sup> Dinastia vigente na China entre 1644 e 1912, ano em que o modelo imperial formalmente acabou.

<sup>14</sup> Dinastia que teve início em 1271 e terminou em 1368, caracterizada pelo domínio político de um clã mongol sobre o território chinês.

Seth (2011) defende, por isso, que o trauma deixado por estas incessáveis invasões também influenciou negativamente a percepção que a Coreia tinha dos povos estrangeiros. Desse modo, a partir do início do século XVII, os governantes coreanos encerraram as fronteiras, proibindo não só as viagens de cidadãos coreanos ao estrangeiro, bem como a entrada de viajantes estrangeiros no país, sendo por isso conhecida na historiografia como “Reino Eremita” (Peterson, 2010).

A Coreia seguiu uma política isolacionista com vista à estabilidade política, social e territorial, na prática semelhante à do Japão do Período Edo (江戸時代), o que aliado ao facto de ser o alvo menos tentador da região em termos económicos possibilitou que fosse o último país da Ásia Oriental a abrir as portas ao Ocidente e à lógica imperialista dos Estados europeus e norte-americanos (Seth, 2011; Peterson, 2010).

### **1.3.1. As Proto-relações Luso-Coreanas**

O que nos chega sobre as relações iniciais entre Portugal e a Coreia são, no geral, relatos de viajantes, pequenas histórias que apenas atestam a superficialidade dos contactos existentes na altura, e que se podem justificar pelo contexto supracitado. Os portugueses, como vimos nos subcapítulos anteriores, tinham bastante interesse no aprofundamento das relações comerciais com a China, enquanto a Coreia não atraía a mesma atenção.

Ainda assim, a primeira referência que nos surge de um contacto luso-coreano é a de um episódio protagonizado pela navegação *São Sebastião*, uma lorcha portuguesa comandada pelo oficial português Domingues Monteiro, que em 1577 ao realizar o percurso entre Macau e Nagasaki (長崎)<sup>15</sup> viu-se envolvida numa tempestade de grandes dimensões que a levou para águas coreanas (Neff, 2009). A embarcação acabou por ser interceptada próxima da costa pelas autoridades coreanas, que prontamente executaram a tripulação e incendiaram a lorcha, ficando patente neste episódio a hostilidade com que os governantes encaravam a presença estrangeira (Neff, 2009).

---

<sup>15</sup> Cidade situada na ilha de Kyūshū (九州) que desde cedo foi encarada como um importante porto, permitindo o contacto entre os portugueses – e mais tarde apenas os holandeses, como vimos anteriormente a propósito do édito de expulsão – e o Japão.

Neff (2009) faz referência a um evento posterior, relatado nos *Anais de Ching T'ak* (1582), no qual um homem estrangeiro, de aparência europeia, foi encontrado em Jeju (제주도), no território insular da Coreia. Este indivíduo, vestido de negro, e desconhecendo qualquer língua local - nomeadamente chinês - apresentou-se pelo nome *Ma-ri*, tendo sido acompanhado para a China pelas autoridades coreanas, não havendo referência ao que aconteceu a partir daí.

O mesmo autor (2009) teoriza sobre a identidade de Ma-ri, apresentando duas hipóteses que se prendem com a sua eventual função socioprofissional: missionário ou marinheiro. Pela caracterização da sua indumentária, Ma-ri poderia ser um missionário, mas o facto de não saber língua chinesa – necessária para o processo de evangelização na região – praticamente elimina esta possibilidade. Pela composição fonética do nome com que se apresentou, talvez a mensagem não tenha passado correctamente, e na realidade o que o naufrago terá querido comunicar era a sua ocupação – marinheiro. Associada a esta suposição, uma terceira hipótese poderia ser colocada em cima da mesa, e diz respeito ao facto de Ma-ri ser, fortuitamente, um marinheiro que sobreviveu ao massacre da lorchá São Sebastião, embora neste caso seja difícil mapear os passos que terão levado Ma-ri até à ilha de Jeju (제주도).

Oficialmente o primeiro português – e, possivelmente, primeiro europeu – a pisar território coreano é Gregório de Céspedes, um missionário jesuíta que desembarcou em Busan (부산) no dia 27 de Dezembro de 1593 (Neff, 2009). O contexto no qual Gregório surge, no entanto, é de má memória para o povo coreano (sobretudo a população católica): durante as invasões japonesas à península coreana, um dos generais da comitiva de Toyotomi Hideyoshi (豊臣 秀吉) foi Konishi Yukinaga (小西 行長), um japonês convertido ao Catolicismo, baptizado como *Agostinho*, que levou consigo o missionário como guia espiritual (Neff, 2009; Peterson, 2010).

As invasões japonesas não terão trazido, no entanto, apenas missionários à Coreia. O papel de Gregório de Céspedes, e de outros eventuais evangelizadores, cingir-se-ia apenas ao contacto com as tropas japonesas, e não com a população nativa. Por contraste, existem relatos de portugueses a serem contratados pelos aliados dos coreanos – os chineses – para combaterem os japoneses, em solo coreano, como mercenários (Neff, 2009). A designação que ficou para a posteridade destes

combatentes portugueses foi *haegui – fantasmas do mar* – pela sua ferocidade, apetência para batalhas marítimas, e pela sua caracterização física bastante peculiar: pele escura, cabelos escuros e encaracolados e olhos amarelos (Neff, 2009).

O mais provável é estes portugueses serem provenientes das colónias portuguesas de então, sobretudo de África, se atentarmos à sua descrição, não havendo porém certezas da sua origem. O seu valor, contudo, está bem documentado: durante este período de invasões que mobilizou os principais actores regionais da Ásia Oriental, estes guerreiros destacaram-se pela sua habilidade com a espada, impressionando o Rei Sunjo (순조), e incutindo pavor nas hostes inimigas pela sua capacidade de trespassar as suas defesas e explodir os seus navios de guerra, valendo-lhe inclusive a fama de possuírem poderes sobrenaturais (Neff, 2009).

Na apresentação histórica das relações luso-coreanas, a Embaixada de Portugal em Seul (2013), no seu sítio oficial, faz alusão tanto à cartografia portuguesa como à documentação escrita por jesuítas e viajantes portugueses ao longo do século XVI, a saber: na *História de Japam*, do anteriormente referido Luís Fróis, existem alguns capítulos sobre a Coreia. Paralelamente, Tomé Pires, Fernão Mendes Pinto, Gaspar Vilela, Fernão Vaz Dourado e Padre Manuel Teixeira, mencionam também a Coreia nos seus escritos. São na generalidade autores portugueses que abrem as portas do conhecimento da Ásia Oriental ao Ocidente neste período, algo que gradualmente deixa de se verificar com a passagem do tempo, quer pelo isolamento de alguns países (e.g. Japão e Coreia), quer pelo menor fulgor português nos séculos seguintes em virtude do seu contexto interno.

Em conclusão, devemos mencionar uma última referência que nos é facultada pela Embaixada Portuguesa em Seul (2013): em 1604, um comerciante de seu nome João Mendes, que tinha como objectivo fazer negócios na Ásia Oriental, foi feito prisioneiro após uma batalha naval com uma embarcação pertencente a uma missão comercial japonesa, acabando por desembarcar no Sudeste da Coreia. Este exemplo é paradigmático da superficialidade dos contactos existentes entre o mundo lusófono e coreano. São episódios efémeros, esporádicos, e que durante bastantes séculos constituem a regra no capítulo das relações luso-coreanas.

### **1.3.2. A Coreia e a Lusofonia nos Últimos 115 anos**

Os contactos entre o mundo lusófono e a Coreia só se intensificaram a partir da segunda metade do século XX. Existem dois processos distintos que ajudaram a uma maior aproximação entre estas realidades: por um lado, a construção progressiva de relações diplomáticas; por outro lado, a diáspora coreana para o Brasil (e o seu retorno parcial ao território coreano).

No primeiro caso, temos a abertura em Junho de 1975 da Embaixada da República da Coreia em Portugal, aproximadamente um ano após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Curiosamente, também numa altura em que a Coreia do Sul atravessava um conjunto de reformas que levaria à sua democratização, Portugal inaugurou a sua Embaixada em Seul no ano de 1988 (Embaixada de Portugal em Seul, 2013).

De resto, no sítio da Embaixada de Portugal em Seul (2013) podemos ler a seguinte declaração: “Hoje em dia, as relações entre Portugal e a Coreia assentam em alicerces sólidos, construídas sobre uma extensa rede de acordos bilaterais e de visitas políticas a alto nível, assim como num crescente intercâmbio de contactos humanos. Com a Ásia a ocupar um lugar cada vez mais central na economia mundial e a Coreia a desempenhar um papel de liderança na Ásia, espera-se que o comércio e as relações entre ambos os países se desenvolvam ainda mais”. Esta afirmação sintetiza aquilo que tem sido a relação entre Portugal e a Coreia nas últimas décadas, e o que se pode esperar do seu futuro. Desde a primeira visita de Mário Soares em 1984 à visita de Cavaco Silva em 2014, 30 anos passaram, e os contactos têm sido progressivamente mais frequentes. No entanto, esses contactos são sobretudo de cariz económico e comercial, negligenciando-se bastante a dimensão cultural, sobretudo no que diz respeito à política externa do mundo lusófono para com a Coreia.

No que diz respeito à diáspora, sabemos que o Governo sul-coreano no início da década de 1960 incentivou a emigração de modo a controlar o crescimento populacional e a taxa de desemprego, bem como para garantir o envio de remessas por parte dos seus emigrantes, sendo neste contexto que 89 cidadãos foram enviados para o Brasil no final do ano de 1962 (Park, 2009). Park (2009) cita dados de 2007 para referir que, de acordo com estimativas oficiais, cerca de 50000 coreanos vivem



actualmente no Brasil, sendo que aproximadamente metade é composta pelos chamados emigrantes de primeira geração.

Apesar de ser um número relativamente modesto quando comparado com o da diáspora japonesa, podem ser identificados alguns pontos em comum, sobretudo no que diz respeito às influências que carregam consigo quando regressam ao seu país de origem, nomeadamente ao interesse pela língua e cultura lusófonas.

## Capítulo 2. O Ensino da Língua Portuguesa na Ásia Oriental

*“Eu não vou abrir a porta para uma mente que ainda não  
está esforçando-se para compreender, nem providenciarei  
palavras para uma língua que não está já lutando para falar.  
Se eu esperar com um canto de um problema, e o estudante  
voltar até mim com os outros três, eu não tentarei instruí-lo  
outra vez.”*

Confúcio (adaptado da tradução de Slingerland (2003))

A Educação é imprescindível para elevar o nível de desenvolvimento de um país. É um dos seus pilares. Ainda que esta generalização se assemelhe a um lugar-comum, esta directiva aparenta estar bem enraizada nas acções políticas dos Governos dos países da Ásia Oriental, sendo tratada efectivamente como um importante alicerce, e não apenas como um *cliché* político para angariar simpatizantes.

Ka Ho-Mok (2006) expõe, a este respeito, que a gestão do sector da Educação na Ásia Oriental mudou pela influência tanto de forças internas – mudanças políticas e socioeconómicas intra-regionais – como de forças externas – transformações e mudanças impostas pelos poderes regionais e globais. O referido autor (2006) explica que o avanço da economia do conhecimento<sup>16</sup> possibilitou o desenvolvimento de infraestruturas globais nas quais sobressai a importância das tecnologias da informação, constituindo-se a partir da relevância destas uma nova realidade caracterizada pela diferente natureza do conhecimento. O impacto das mudanças faz-se sentir em larga escala, desde a ambiciosa reestruturação do Ensino Superior, a tarefas mais modestas, como a realização de trabalhos de investigação, como este, que assumiria uma forma muito diferente sem as mais recentes tecnologias da informação.

Esta nova realidade, que está em constante transformação, implica mudanças estruturais na esfera do EPLE na Ásia Oriental, nomeadamente no Ensino Superior, que

---

<sup>16</sup> Como alternativa, em alguma bibliografia surge o nome *economia baseada no conhecimento*, ou ainda *indústria do conhecimento*, e que se refere, grosso modo, à utilização do conhecimento como fonte de valor tangível e intangível, baseando-se numa expressão proposta por Peter Drucker na sua obra *The Age of Discontinuity*.

reflectem as necessidades políticas, sociais e económicas da região, algo que propomos desenvolver com mais rigor no decorrer deste capítulo.

### **2.1. O Ensino da Língua Portuguesa na China**

Após a fundação da República Popular da China, em 1949, dá-se uma gradual aposta no ensino de algumas línguas estrangeiras: numa primeira fase, pela proximidade política, ideológica, e económica, o idioma russo adquire um papel principal, algo que se vai esbatendo com a necessidade de colocar a China em contacto com mais países e mercados (Ran Mai, 2006). Em 1960, em Pequim, desponta oficialmente o primeiro curso de português no Instituto de Radiodifusão da China, actual Universidade de Comunicações da China (CUC), aquando do estabelecimento formal do seu Departamento de Línguas Estrangeiras, que inclui ainda a oferta de Inglês, Persa, Espanhol, Turco e Italiano (Ran Mai, 2006; Yan, 2008). Orientado pela professora brasileira Mara Mazozini, este primeiro curso tem a duração de quatro anos e dele fazem parte 23 alunos, embora apenas 18 o concluam (Yan, 2008).

Posteriormente abrem cursos de português no Instituto de Línguas Estrangeiras de Pequim (hoje em dia, Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim/BFSU<sup>17</sup>) ainda na década de 1960, e na Universidade de Estudos Internacionais de Xangai<sup>18</sup> na década de 1970, que se juntam ao Instituto Politécnico de Macau e à Universidade de Macau como únicas instituições com oferta de PLE no Ensino Superior chinês (Yuan e Água-Mel, 2012).

Ran Mai (2006: 4) esclarece, a este propósito, que entre as décadas de 1970 e 1990 a língua portuguesa “era principalmente ensinada visando o seu uso na área da diplomacia na China Continental”, um paradigma que apenas mudou em finais da década de 1990, e sobretudo a partir de meados de 2000, quando “[a] aprendizagem do Português passou duma necessidade meramente política para um instrumento útil e importante para entrar no mundo lusófono, nomeadamente na área da economia”.

A oferta de PLE aumenta, assim, de forma praticamente desenfreada na China a partir da década passada, mudando o panorama da oferta curricular drasticamente, algo que podemos atestar quando comparando as informações referidas

---

<sup>17</sup> 北京外国语大学 ou Beijing Foreign Studies University (BFSU)

<sup>18</sup> 上海外国语大学 ou Shanghai International Studies University (SISU)

anteriormente com os dados presentes na tabela seguinte (Yuan e Água-Mel, 2012 e Embaixada de Portugal em Pequim, 2012):

<b>Nº</b>	<b>Nome da Universidade (PT)</b>	<b>Nome da Universidade (CN)</b>	<b>Cidade</b>	<b>Província/Região</b>
1	Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (BFSU)	北京外国语大学	Beijing (Pequim)	Beijing (Pequim)
2	Universidade de Comunicações da China (CUC)	中国传媒大学	Beijing (Pequim)	Beijing (Pequim)
3	Universidade de Estudos Internacionais de Pequim (BISU/ERWAI)	北京第二外国语学院	Beijing (Pequim)	Beijing (Pequim)
4	Universidade de Estudos Internacionais de Xangai (SISU)	上海外国语大学	Shanghai (Xangai)	Shanghai (Xangai)
5	Universidade de Pequim (PKU)	北京大学	Pequim	Pequim
6	Universidade de Macau (UM)	澳門大學	Macau	Macau
7	Instituto Politécnico de Macau (IPM)	澳門理工學院	Macau	Macau
8	Universidades de Estudos Estrangeiros de Tianjin (TFSU)	天津外国语大学	Tianjin	Tianjin
9	Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong (GDUFS)	广东外语外贸大学	Guangzhou	Guangdong (Cantão)
10	Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (DLUFL)	大连外国语大学	Dalian	Liaoning
11	Universidade de Línguas Estrangeiras do Exército de Libertação do Povo	解放军外国语学院	Luoyang	Henan
12	Universidade de Estudos Internacionais de Xi'an (XISU)	西安外国语大学	Xi'an	Shaanxi
13	Universidade de Negócios e Economia Internacionais (UIBE)	对外经济贸易大学	Beijing (Pequim)	Beijing (Pequim)

14	Universidade de Estudos Internacionais de Sichuan (SISU)	四川外国语大学	Chongqing	Chongqing
15	Instituto de Línguas Estrangeiras Jilin Huaqiao (HQWY)	吉林华桥外国语学院	Changchun	Jilin
16	Universidade de Comunicação da China (CUCN)	中国传媒大学南广学院	Nanjing (Nanquim)	Jiangsu
17	Universidade Huaqiao (HQU)	华侨大学	Quanzhou	Fujian
18	Universidade Normal de Harbin (HNU)	哈尔滨师范大学	Harbin	Heilongjiang
19	Universidade de Jinan (JNU)	暨南大学	Guangzhou	Guangdong (Cantão)
20	Universidade de Nanjing (NU/NJU)	南京大学	Nanjing (Nanquim)	Jiangsu
21	Universidade de Sun Yat-sen (SYSU)	中山大学	Guangzhou (Campus de Zhuhai)	Guangdong (Cantão)
22	Universidade de Estudos Estrangeiros de Hebei (HBWY/HFSU) [SJZ Vocational College of Foreign Language Translation]	河北外国语学院	Shijiazhuang	Hebei
23	Universidade de Línguas e Culturas de Pequim (BLCU)	北京语言大学	Beijing (Pequim)	Beijing (Pequim)
24	Universidade de Estudos Estrangeiros de Hainan (HCFS) [Hainan Foreign Languages College of Professional Education]	海南外国语职业学院	Haikou	Hainan
25	Universidade da Cidade de Beijing (BCU)	北京城市学院	Beijing (Pequim)	Beijing (Pequim)
26	Universidade de Hong Kong (HKU)	香港大學	Hong Kong	Hong Kong

Tabela 1 – Instituições chinesas do Ensino Superior com cursos de PLE

O que encontramos actualmente é um universo documentado de 26 instituições de Ensino Superior que oferecem um programa curricular de EPLE, o que

representa um acréscimo de 21 Universidades face há aproximadamente 10 anos atrás. Este crescimento estará longe de ser sustentado, mas visa suprir as necessidades de procura e oferta que existem para a língua portuguesa. Soares (2013) refere a este propósito, citando o Prof. Carlos Ascenso André, que não são 26 mas 28 as Instituições que ensinam português, para sensivelmente 1350 alunos. Segundo a mesma fonte (2013), “há mais de 100 docentes a leccionar português no Ensino Superior. É um corpo muito jovem, 65% dos professores são chineses [35% são portugueses ou brasileiros] e têm problemas de formação”. Dados mais exaustivos, referentes ao panorama universitário chinês, podem ser consultados no Anexo 1.



**Ilustração 1 – Localização de instituições chinesas do Ensino Superior na RPC<sup>19</sup>**

De todas as instituições dedicadas ao PLE na China, apenas a Universidade de Hong Kong (HKU), a Universidade de Comunicações da China (CUC), a Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (BFSU) e a Universidade de Estudos Internacionais de Xangai (SISU) têm protocolos com o Instituto Camões. Outros convénios estão em vigor com diversas instituições, como o Instituto Português do Oriente, mas não são em número suficiente para suprir a ausência de pessoal qualificado em EPLE.

<sup>19</sup> Não estão representadas as instituições que ficam nas Regiões Administrativas Especiais de Macau e Hong Kong, bem como estão ausentes outras Universidades mais recentes situadas nas zonas centro-este e sudeste.

Nome da Universidade (PT)	Nome da Universidade (CN)
Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (BFSU)	北京外国语大学
Universidade de Estudos Internacionais de Xangai (SISU)	上海外国语大学
Universidade de Comunicações da China (CUC)	中国传媒大学
Universidade de Hong Kong (HKU)	香港大學

**Tabela 2 – Universidades chinesas com protocolos com o Instituto Camões**

Como nota conclusiva, e desta feita relativamente a outros acordos de cooperação, a informação sobre estes encontra-se algo dispersa e é pouco divulgada fora das instituições entre as quais são estabelecidos. Temos conhecimento que a Unicamp<sup>20</sup> possui 15 acordos com diferentes Universidades chinesas, aliados a dois acordos com uma Universidade de Taiwan e outra de Hong Kong<sup>21</sup>. Ainda a título exemplificativo, conseguiu-se averiguar que a EACH – USP<sup>22</sup>, a PUC – SP<sup>23</sup>, a UNESP<sup>24</sup>, e a UnB<sup>25</sup> têm estabelecido nos últimos anos convênios com Universidades chinesas. É possível que existam numerosas universidades brasileiras a criar parcerias institucionais com as suas análogas chinesas, um fenómeno que também observamos em Portugal: a Universidade de Lisboa, a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Coimbra, a Universidade do Minho e a Universidade de Aveiro são algumas das instituições que têm desenvolvido ao longo dos últimos anos relações institucionais com diversos órgãos chineses do Ensino Superior.

<sup>20</sup> Universidade Estadual de Campinas

<sup>21</sup> Informação disponível em <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2015/08/13/unicamp-recebe-participantes-do-programa-top-brazil-china>

<sup>22</sup> Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Universidade de São Paulo (Leste)

<sup>23</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

<sup>24</sup> Universidade Estadual Paulista

<sup>25</sup> Universidade de Brasília

## **2.2. O Ensino da Língua Portuguesa no Japão**

O ensino da língua portuguesa no Japão tem uma particularidade que o torna essencialmente diferente dos restantes Estados da Ásia Oriental, e mesmo de muitos outros Estados a nível mundial. O que testemunhamos no Japão é um ensino de português que vai ao encontro da configuração social única do Japão: por um lado, encontramos em algumas instituições o ensino da língua portuguesa no Ensino Fundamental e Médio – ou seja, na aprendizagem básica e matricial da formação dos indivíduos – e, por outro lado, vemos uma forte presença do ensino do português no Ensino Superior. Por esta razão, optámos por desdobrar a caracterização do ensino de língua portuguesa no Japão partindo do contexto onde ele ocorre.

### **2.2.1. O Ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e Médio no Japão**

De uma análise ao sítio da Embaixada do Brasil em Tóquio<sup>26</sup> emerge o peso que a Educação – e a língua portuguesa – tem para as comunidades nipo-brasileiras caracterizadas anteriormente. Podemos conferir que existem quarenta e cinco escolas brasileiras homologadas no Japão, com intervenção em diferentes níveis do sistema de ensino, mas cuja acção é visível sobretudo no Ensino Fundamental (6 aos 12 anos) e Ensino Médio (12 aos 18 anos), divididas pelas prefeituras de Aichi, Gifu, Gunma, Ibaraki, Mie, Nagano, Saitama, Shiga, Shizuoka e Yamanashi.

Paralelamente, e segundo os dados fornecidos pela Embaixada do Brasil em Tóquio, encontram-se doze escolas em processo de homologação nas prefeituras de Aichi, Gunma, Saitama, Shiga, Shizuoka e Tochigi, o que poderá sustentar a tese de que a ampliação do número de falantes de língua portuguesa é uma realidade, não se confinando à vigorosa vaga de emigração dos anos 90.

Ainda no sítio da referida Embaixada há dois elementos associados à Educação que são merecedores de destaque: o primeiro diz respeito à realização do Curso Preparatório para Recolocação Profissional dos Descendentes de Japoneses do JICE<sup>27</sup>, e o outro é um guia escolar bilingue com instruções para a matrícula em escola

---

<sup>26</sup> Disponível em <http://www.brasemb.or.jp/portugues/>

<sup>27</sup> Japan International Cooperation Center. Disponível em <http://sv2.jice.org/e/index.htm>



japonesa (“Guia Escolar - Procedimentos Para Matrícula Em Escola Japonesa” 2005). Este último documento está dividido em quatro capítulos intitulados “A Educação no Japão”, “Procedimentos para a Matrícula Escolar”, “A Vida Escolar” e “Consultoria Educacional”, nos quais estão descritos normas e procedimentos da mais variada índole.

### 2.2.2. O Ensino da Língua Portuguesa no Ensino Superior Japonês

No que diz respeito ao Ensino Superior no Japão, o ensino da língua portuguesa reflete os desenvolvimentos sociais mais recentes do país, embora não esqueça o peso histórico da presença portuguesa no Japão, sobretudo pré-Tokugawa. Isto significa que encontramos um peso maior atribuído à variante brasileira da língua portuguesa, sem ignorar no entanto a existência de alguns cursos, em menor número, dedicados ao português europeu.

Íris Rocha (2013), citando dados fornecidos pelo IPOR<sup>28</sup> referentes a 2011, menciona a existência de 31 universidades japonesas que desenvolvem cursos de língua portuguesa, estando matriculados 5035 alunos em diversos níveis de fluência linguística. Rocha (2013) avança ainda que em apenas 5 destas universidades existem departamentos dedicados aos estudos luso-brasileiros, leccionando língua portuguesa docentes de três nacionalidades: 52 professores japoneses, 19 brasileiros e 3 portugueses. Na tabela subsequente apresentamos as instituições de ensino superior japonesas com curso de língua portuguesa.

Nº	Nome da Universidade	Nome da Universidade (JP)	Cidade	Prefeitura
1	Universidade Prefeitural de Aichi	愛知県立大学	Nagakute	Aichi
2	Universidade Ásia (do Japão)	亜細亜大学	Musashino	Tōkyō (Tóquio)
3	Universidade Dokkyō	獨協大学	Sōka	Saitama
4	Universidade de Gifu	岐阜大学	Gifu	Gifu
5	Universidade Prefeitural de Ciências da Saúde de Gunma	群馬県立県民健康科学大学	Maebashi	Gunma

<sup>28</sup> Instituto Português do Oriente, disponível em <http://ipor.mo/>

6	Universidade Prefeitural Feminina de Gunma	群馬県立女子大学	Tamamura	Gunma
7	Universidade de Hokkaido	北海道大学	Sapporo	Hokkaidō
8	Universidade de Kanagawa	神奈川大学	Yokohama	Kanagawa
9	Universidade de Estudos Internacionais de Kanda	神田外語大学	Chiba	Chiba
10	Universidade Keiō	慶應義塾大学	Minato	Tōkyō (Tóquio)
11	Universidade Kokugakuin	國學院大學	Shibuya	Tōkyō (Tóquio)
12	Universidade de Estudos Estrangeiros da Cidade de Kobe	神戸市外国語大学	Kobe	Hyōgo
13	Universidade Feminina de Kōnan	甲南女子大学	Kobe	Hyōgo
14	Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto	京都外国語大学	Kyōto (Quioto)	Kyōto (Quioto)
15	Universidade Kyōai Gakuen de Maebashi	共愛学園前橋国際大学	Maebashi	Gunma
16	Universidade Meiō	名桜大学	Nago	Okinawa
17	Universidade Prefeitural de Enfermagem de Mie	三重県立看護大学	Tsu	Mie
18	Universidade Keizai de Nagoya	名古屋経済大学	Inuyama	Aichi
19	Universidade de Estudos Estrangeiros de Nagoya	名古屋外国語大学	Nisshin	Aichi
20	Universidade Nanzan	南山大学	Nagoya	Aichi
21	Universidade de Osaka	大阪大学	Suita	Osaka
22	Universidade Ryūtsū Keizai	流通経済大学	Ryugasaki	Ibaraki
23	Universidade Ryūkoku	龍谷大学	Kyōto (Quioto)	Kyōto (Quioto)
24	Universidade Seirei Christopher	聖隷クリストファー大学	Hamamatsu	Shizuoka
25	Universidade de Arte e Cultura de Shizuoka	静岡文化芸術大学	Hamamatsu	Shizuoka
26	Universidade de Sophia	上智大学	Chiyoda	Tōkyō

				(Tóquio)
27	Universidade Sugiyama Jogakuen	椋山女学園大学	Nagoya	Aichi
28	Universidade das Artes Liberais de Tóquio	東京学芸大学	Koganei	Tōkyō (Tóquio)
29	Universidade de Tenri	天理大学	Tenri	Nara
30	Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio	東京外国語大学	Fuchū	Tōkyō (Tóquio)
31	Universidade de Waseda	早稲田大学	Shinjuku	Tōkyō (Tóquio)

**Tabela 3 – Instituições japonesas do Ensino Superior com cursos de PLE**

As Universidades que possuem departamentos de língua portuguesa - pelo que é possível aferir através da informação obtida na Embaixada do Japão em Portugal<sup>29</sup> - situam-se sobretudo em algumas das cidades com maior antiguidade e tradição no Japão. Assim, Quioto, Nara, Osaka e Tóquio (esta última com duas) destacam-se por possuírem Universidades com departamentos especializados em língua portuguesa e estudos luso-brasileiros. Essas Universidades são:

<b>Nome da Universidade (PT)</b>	<b>Nome da Universidade (JP)</b>
Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio	東京外国語大学
Universidade de Osaka	大阪大学
Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto	京都外国語大学
Universidade de Sophia	上智大学
Universidade de Tenri	天理大学

**Tabela 4 – Universidades japonesas com departamentos de Língua Portuguesa**

O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (2015) promove o ensino da língua portuguesa conjuntamente com três instituições japonesas de Ensino Superior, nomeadamente a já referida Universidade de Osaka, a Universidade de Quioto – não confundir com a UEEQ -, bem como a Universidade de Estudos Internacionais de Kanda (em Chiba). Em Tóquio existe ainda o Curso de Português

<sup>29</sup> Informação disponível em <http://www.pt.emb-japan.go.jp/>

Língua Estrangeira organizado pelo Camões em parceria com o Centro Cultural Português (Instituto Camões, 2015), embora se desconheçam as actividades mais recentes relativas a este curso.

Nome da Universidade (PT)	Nome da Universidade (JP)
Universidade de Osaka	大阪大学
Universidade de Quioto	京都大学
Universidade de Estudos Internacionais de Kanda	神田外語大学

Tabela 5 – Universidades japonesas com protocolos com o Instituto Camões

Crê-se ainda relevante abordar as questões relativas à cooperação institucional no Ensino Superior entre o Japão e os países lusófonos, sobretudo Portugal e Brasil. Para tal, propõe-se como ponto de partida este esquema obtido a partir dos dados disponíveis nos sítios oficiais das embaixadas do Japão em solo português e brasileiro:

Universidade Japonesa	Universidade(s) Portuguesa(s) Associada(s)	Universidade(s) Brasileira(s) Associada(s)
Universidade de Oita	Universidade Portucalense	-
Universidade de Osaka	Universidade Nova de Lisboa	Universidade do Estado do Rio de Janeiro Universidade de São Paulo
Universidade de Okayama	Universidade do Porto	-
Universidade de Kansai Gaidai	Universidade de Coimbra	-
Universidade de Quioto	Universidade Técnica de Lisboa	-
Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto	Universidade de Coimbra	Universidade de Brasília Universidade de São Paulo Universidade Federal Fluminense
Universidade de Sophia	Universidade Católica Portuguesa Universidade de Aveiro	Universidade de Brasília Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio	Universidade de Coimbra	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Católica de Nagasaki Junshin	Universidade Católica Portuguesa	-
Universidade de Economia de Hiroshima	ISCTE	-
Universidade Ryūtsū Keizai	Universidade da Beira Interior	-
Universidade de Waseda	Universidade de Lisboa Universidade de Coimbra	Universidade do Estado do Rio de Janeiro Universidade de São Paulo Universidade de Campinas
Universidade de Tóquio	Universidade Técnica de Lisboa	Universidade do Estado do Rio de Janeiro Universidade de São Paulo
Nagoya University of Commerce and Business	Universidade Católica Portuguesa	-
Universidade Internacional de Akita	Universidade Católica Portuguesa	-
Universidade Nacional de Yokohama	Universidade de Lisboa	Universidade de São Paulo
Universidade de Tenri	Universidade de Coimbra	-
Universidade Kokugakuin	Universidade Técnica de Lisboa	-
Ritsumeikan Asia Pacific University	ISCTE	
Instituto de Tecnologia de Nagoya	-	Universidade de Brasília
Universidade de Ciências de Okayama	-	Universidade Federal do Paraná Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Universidade de Kobe	-	Universidade do Estado do Rio de Janeiro Universidade Estadual de Londrina
Universidade Kwansei Gakuin	-	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Universidade de Kyushu	-	Universidade de São Paulo
Universidade de Nagoya	-	Universidade de São Paulo
Universidade de Tsukuba	-	Universidade de São Paulo
Universidade de Tóquio de Ciências e Tecnologia Marinhas	-	Universidade de São Paulo
Universidade de Hokkaido	-	Universidade de São Paulo
Universidade de Gunma	-	Universidade de São Paulo
Universidade Prefeitural de Aichi	-	Universidade de São Paulo
Universidade Meiji	-	Universidade de São Paulo
Universidade Soka	-	Universidade de São Paulo
Universidade de Kumamoto	-	Universidade de Campinas
Universidade de Chiba	-	Universidade de Campinas
Universidade de Gifu	-	Universidade de Campinas
Universidade Prefeitural de Hyōgo	-	Universidade Estadual de Londrina
Universidade Feminina de Kōnan	-	Universidade Estadual de Londrina
Universidade Meiō	-	Universidade Estadual de Londrina

**Tabela 6 – Acordos entre instituições lusófonas e japonesas no Ensino Superior**

É de distinguir, antes de mais, que a língua (portuguesa ou japonesa) nem sempre é a principal força motriz por detrás destes acordos cooperativos. Contudo, tendo como base os programas de intercâmbio e mobilidade de estudantes e investigadores, a aprendizagem da língua será sempre uma premissa essencial. O que podemos observar a partir da análise desta tabela é uma ligação estreita entre as

universidades japonesas e lusófonas, sobretudo as que se encontram fortemente associadas às ciências sociais e humanas. Estes convénios existentes possibilitam, por exemplo, que alunos japoneses de língua portuguesa aperfeiçoem o seu nível de proficiência em contexto de imersão linguística.

Alguns dos dados acima apresentados poderão, todavia, estar desactualizados ou pecar por defeito. Em primeiro lugar, após a fusão da Universidade de Lisboa e Universidade Técnica de Lisboa alguns dos acordos com estas universidades poderão ter sofrido alterações ao seu alcance ou validade. Por outro lado, não existe a garantia de que todos os acordos oficiais estejam em vigor, ou que outros não tenham sido celebrados ao longo dos últimos anos. Um exemplo disto é que a Universidade de Tenri, uma das cinco universidades japonesas com departamento próprio de língua portuguesa, no seu sítio oficial<sup>30</sup>, refere a existência de protocolos de cooperação tanto com a Universidade de Coimbra como com a Universidade Estadual Paulista, informação que não se encontra presente nos sítios das embaixadas. Ainda assim, é significativo que globalmente esta amostra seja caracterizada por uma manifesta diversidade geográfica e institucional, constituindo um leque de opções bastante vasto tanto para alunos lusófonos como japoneses.

---

<sup>30</sup> Informação disponível em <http://www.tenri-u.ac.jp/en/ariirh00000006q6.html>

### 2.3. O Ensino da Língua Portuguesa na Coreia

Atendendo à caracterização da história da língua portuguesa nos Estados que constituem a Ásia Oriental, não será surpreendente verificarmos que a Coreia assume uma posição notavelmente distinta no que diz respeito ao ensino da língua portuguesa quando comparada com os seus vizinhos, quanto mais não seja por ser patente, pela sua conjuntura, uma superficialidade de relações culturais que se reflectem no peso que a língua portuguesa tem no sistema de ensino coreano.

Essa (ausência de) importância e frugalidade do ensino de língua portuguesa na Coreia foram inclusivamente assumidas pelo ex-embaixador de Portugal em Seul, o Dr. Henrique Silveira Borges, mesmo que tenham sido envidados esforços no sentido de melhorar esse panorama com a assinatura, em 1990, de um acordo de cooperação cultural entre Portugal e a República da Coreia (Colaço, 2008).

O que encontramos na Coreia, em síntese, é o ensino de língua portuguesa circunscrito a duas Universidades, tal como descreve Henrique Silveira Borges no seu testemunho (Colaço, 2008):

Nº	Nome da Universidade (PT)	Nome da Universidade (KR)	Cidade
1	Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk	한국외국어대학교	Seul
2	Universidade de Estudos Estrangeiros de Busan	부산외국어대학교	Busan

Tabela 7 – Universidades sul-coreanas com Ensino de Língua Portuguesa

A Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk, pelo que nos é dado a conhecer no seu sítio oficial<sup>31</sup>, possui dois *campus*, ambos com oferta no ensino de português: o primeiro, situado em Seul, acolhe a Faculdade de Estudos Ocidentais, e refere a existência de um departamento de português autónomo, que assume treinar “continuamente profissionais para carreiras em Moçambique, Angola e Brasil” (Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk, 2015a); o segundo, em Yongin, baptizado de *campus global*, é casa da Faculdade de Idiomas, que tem como missão “revelar capacidades de cada aluno e aumentar sua produtividade nos estudos em (...)”

<sup>31</sup> <http://www.hufs.ac.kr/>



português (...), criando assim profissionais coreanos de alto nível com capacidade de criação e liderança global” (Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk, 2015b).

No caso da Universidade de Estudos Estrangeiros de Busan, também é dado a conhecer no seu sítio oficial<sup>32</sup> que o departamento de português está inserido na Faculdade de Estudos Ocidentais e, aqui, a única informação presente sobre a acção do departamento tem contornos algo curiosos: “o departamento de português está focado em fornecer educação sistematizada de modo a melhorar as competências linguísticas dos estudantes de português, [e] (...) cultivar peritos internacionais em cultura local e contextos dos países da América Latina, como Angola e Brasil, que estão a emergir como gigantes económicos na região” (Universidade de Estudos Estrangeiros de Busan, 2015).

Em 2008, segundo o ex-embaixador Henrique Silveira Borges, estavam a ser finalizados protocolos entre ambas as Universidades coreanas e o Instituto Camões (Colaço, 2008), mas segundo a informação veiculada pelo próprio Instituto, apenas existe em vigor um protocolo com a Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk (Instituto Camões, 2015).

Em jeito de comparação, salta à vista, de imediato, que o nome de Portugal está ausente da informação contida na descrição dos vários departamentos. Ambas as Universidades, e respectivos departamentos, focam-se em Angola e Brasil – a UEEH também refere Moçambique – ao qual não será alheio o potencial económico desses Estados-membros da CPLP, algo que é inclusive sublinhado pela UEEB. De resto, não se pode deixar de mencionar o lapso geográfico da UEEB que coloca Angola na América Latina, o que veicula uma imagem pouco consentânea com o famoso nível académico sul-coreano.

Esta negligência poderá ser uma das razões pelas quais nos é difícil encontrar informação sobre o contexto de ensino local, não sabendo ao certo quantos alunos estudam português, quem são os professores, quais são as dificuldades encontradas.

---

<sup>32</sup> <http://www.bufs.ac.kr/>

## 2.4. Aspectos Comparativos Gerais

Fazendo um balanço do cenário que encontramos ao nível do EPLE na Ásia Oriental, presenciamos que há algum desequilíbrio na distribuição e nas suas características. Em relação apenas ao Ensino Superior, vemos que de um universo total de 59 Universidades com oferta curricular de PLE na Ásia Oriental, esta encontra-se distribuída do seguinte modo:

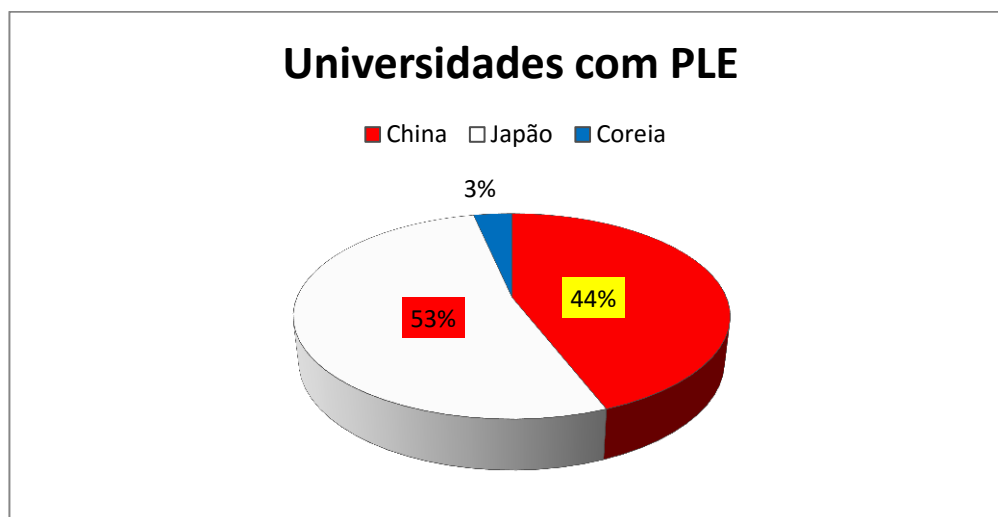


Gráfico 1 – Universidades na Ásia Oriental com oferta curricular de PLE

O Japão alberga mais de metade das instituições de ensino superior com cursos de PLE na Ásia Oriental (31), enquanto a Coreia do Sul apresenta apenas duas universidades num universo de 59. A China vai-se aproximando cada vez mais do número do Japão, com 26<sup>33</sup>. Estes dados permitem-nos realizar algumas leituras: desde logo, se atentarmos ao número de universidades chinesas no início do século, e ao número de universidades no presente, vemos que na actualidade o número total é mais de 5 vezes maior do que no final da década passada.

Por outro lado, não temos dados que nos permitam quantificar o crescimento no Japão nos últimos 15 anos, mas tudo indica que a expansão do número de cursos tenha começado mais cedo e sido mais gradual, tornando o processo menos problemático do que na China, e atenuado ainda pela quantidade de falantes nativos

<sup>33</sup> Considera-se para o efeito o número documentado (26). Há que ressaltar que o Prof. Carlos André faz referência à existência de 28 instituições em 2013, e também que um informante determina que o número real de instituições em 2015 é de 30.

presentes no Japão, assim como pelo desenvolvimento económico e social precoce deste país quando comparado com o dos seus vizinhos regionais.

No caso da Coreia, possivelmente a sua estratégia socioeconómica não passará por uma aposta forte no Ensino do Português Língua Estrangeira, preservando o seu foco noutros mercados linguísticos, como o chinês, o japonês e o inglês, hipoteticamente pela necessidade de adaptação ao contexto regional ditado pela presença de dois gigantes económicos (China e Japão) num espaço relativamente contíguo.

Quando abordamos o número de docentes responsáveis pelo ensino de PLE, não tendo os dados das universidades coreanas, é-nos possível apenas fazer uma estimativa da relação entre o número de professores das universidades chinesas e das suas homólogas japonesas. Assim, temos:

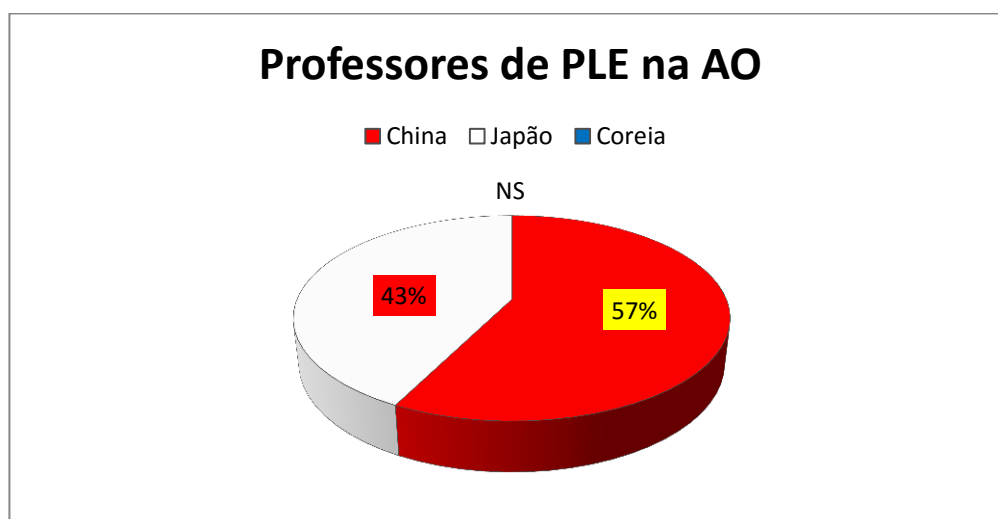
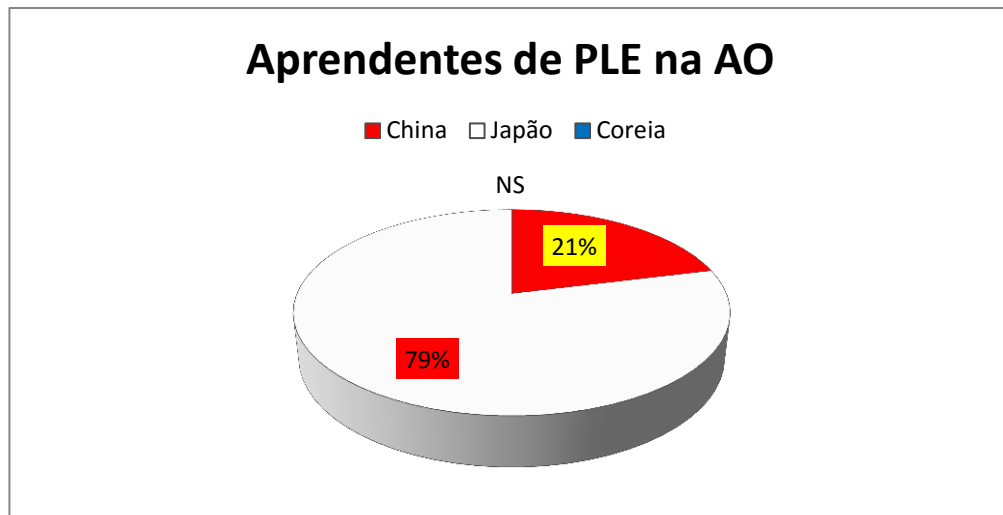


Gráfico 2 – Professores de PLE na Ásia Oriental

O que salta à vista, desde logo, é que a China tem consideravelmente mais professores de Português Língua Estrangeira do que o Japão, apesar de ter menos Universidades a oferecer o curso nos seus programas. Enquanto existem sensivelmente mais de 100 professores universitários de PLE na China, no Japão o total é 74. O rácio de professores nativos e de leitores estrangeiros é, no entanto, aproximado: no Japão há cerca de 30% professores estrangeiros, e na China existem aproximadamente 35%. O que dará um significado diferente a estes números é a relação entre o número de professores e o número de aprendentes. Quanto a este último, podemos observá-lo no gráfico seguinte:



**Gráfico 3 – Aprendentes de PLE na Ásia Oriental**

Este gráfico demonstra um grande desnível no que diz respeito ao número total (e relativo) de aprendentes. A China tem aproximadamente 1350 aprendentes de português, enquanto o Japão tem 5035. O que testemunhamos é um rácio aproximado de 1 professor por cada 14 aprendentes na China e 1 professor por 68 aprendentes no Japão. Estes valores brutos não têm em consideração uma série de factores inerentes à estrutura de cada universidade – número de turmas por ano, número total de alunos por turma, número de unidades curriculares atribuído a cada docente, entre outras – mas possibilitam a realização de duas observações: primeiramente, a China parece apostar no número de recursos humanos para eventualmente suprir alguma falta de experiência e de qualificações dos seus quadros – permitindo, porventura, uma maior concentração de esforços por parte de cada docente, e um melhor conhecimento dos seus aprendentes; seguidamente, comprovamos que a popularidade da língua portuguesa no Japão – à que não será alheia a ancestralidade de alguns aprendentes – é bastante grande, e que os docentes terão, provavelmente, em média, uma maior carga horária do que os docentes que leccionam na China.

Como no caso da República da Coreia existe um vazio de dados absolutos (e relativos), tanto oficiais como oficiosos, procura-se no capítulo 3 preencher de algum modo essa lacuna, tendo por objectivos conhecer melhor a realidade sul-coreana e usufruir de uma base de comparação com as realidades chinesa e japonesa, mesmo que num contexto mais específico do que seria desejável para um estudo desta natureza. Podemos, em jeito de conclusão, inferir que a própria ausência de

informação é reveladora de que a língua portuguesa na República da Coreia não tem a mesma expressão que desfruta nas suas imediações, e por isso a compreensão da posição que a língua portuguesa e o seu ensino ocupam tem de ser obtida através de um método mais directo.

### **Capítulo 3. Exemplos da Estrutura e Funcionamento de Universidades na Ásia Oriental**

“Eu odeio aquela expressão "o mundo real." Por que é que uma fábrica de aeronáutica é mais real do que uma universidade? Será?”

Richard Hugo (1992)

Nos capítulos anteriores tentou-se caracterizar a evolução das relações entre os países lusófonos e os países do leste asiático, procurando sobretudo compreender o fenómeno da introdução e disseminação da língua portuguesa na região. Posteriormente tentou-se caracterizar o sector do Ensino do Português Língua Estrangeira, e conhecer através dos números as realidades da China, Japão e Coreia. Neste capítulo o desafio passa por abreviar o objecto de análise, partindo da parte para compreender o todo, ou seja, propomos analisar como é que três universidades, uma de cada país, estão organizadas, quem são os docentes e os aprendentes, e como é o ensino de PLE.

Para o efeito, foram utilizados dois métodos distintos de recolha de dados: pesquisa (e análise) documental e entrevista. Procurou-se recolher a maior quantidade possível de informação sobre as instituições em questão, bem como complementá-la através do contributo de informantes – que permanecerão anónimos a seu pedido, e serão referidos doravante como X [número] – com experiência no Ensino Superior asiático.

No caso do subcapítulo 3.1., no qual analisamos a Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian, as entrevistas realizadas são do tipo aberto, e resultam da discussão de alguns tópicos com profissionais de PLE no Ensino Superior chinês. As entrevistas foram realizadas presencialmente, partindo de alguns pontos gerais, avaliando-se que era o método mais eficaz para obter respostas menos filtradas, mais naturais e sinceras.

Por contraste, no subcapítulo 3.3., a entrevista é do tipo fechado, tendo sido realizada de forma assíncrona. O guião foi enviado para o informante por correio

electrónico, que nos respondeu alguns dias depois, após reflectir sobre as perguntas, e auxiliando-nos com informação de extrema utilidade sobre o ensino de PLE na Coreia.

No subcapítulo 3.2, não tendo sido possível realizar entrevistas ou questionários, fomos constrangidos a realizar uma recolha e análise documental tão profunda quanto possível.

### **3.1. Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (DLUFL/ULED)**

A Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (DLUFL) iniciou a sua actividade em EPLE no ano lectivo de 2008/09. O curso de Licenciatura encontra-se dividido em 4 anos, não havendo, de momento, opção para prosseguir os estudos em Mestrado ou Doutoramento (ao contrário do que acontece, por exemplo, na Licenciatura de Espanhol). O PLE não tem um departamento completamente autónomo, encontrando-se agregado ao Departamento de Espanhol. Apesar deste factor, o gabinete de português conseguiu, nos últimos anos, alguma independência em relação ao de espanhol, mas ainda não dispõe de total independência administrativa.

A DLUFL é uma Universidade com tradição no ensino de algumas línguas estrangeiras, sobretudo Japonês, Coreano e Russo, e que procura desenvolver a sua actividade de forma apoiada também no ensino da língua portuguesa. É importante para a Universidade que os seus professores, sejam eles falantes nativos ou chineses, procurem ter formação avançada.

Actualmente estão sob contrato sete professores chineses e quatro leitores estrangeiros (três portugueses e um brasileiro). Os professores chineses, normalmente, leccionam sobretudo disciplinas de gramática, tradução e interpretação, cabendo aos leitores portugueses matérias do foro cultural e das competências comunicativas (quer de produção, quer de recepção). É de referir que dois dos professores chineses contratados pela Universidade não estão de momento a leccionar por razões de ausência no estrangeiro, em trabalho para o Instituto Confúcio. Deve-se acrescentar que é comum, segundo os informantes X1 e X2, os professores chineses ausentarem-se durante um ano – ou mais – para estudarem fora do país, normalmente em Portugal.

A título de exemplo, o informante X1 estudou na Universidade do Minho, enquanto o informante X2 realizou o seu Mestrado em Coimbra.

As faixas etárias aos quais os docentes pertencem não são semelhantes. De acordo com o informante X3, algumas universidades chinesas assumem a prática de contratar professores com bastante experiência – alguns deles, inclusivamente, após já se terem aposentado – de modo a conferir prestígio ao curso e equilibrar a eventual inexperiência do corpo docente. Há na DLUFL dois professores com mais de 60 anos, um na faixa etária dos 50, a maioria tem entre 28 e 35 anos, e existem ainda dois professores com menos de 27 anos.

No que diz respeito à experiência, a grande maioria tem entre 1 e 4 anos de prática na área do EPLE. Paralelamente, ao nível do currículo académico, nenhum professor tem Doutoramento (há apenas uma Doutoranda), existindo quatro Mestres, e três Mestrandas. Ainda de referir é a questão dos leitores que aparentemente fará de Dalian uma raridade no Ensino Superior chinês: de acordo com os informantes X2 e X3, é bastante difícil contratar leitores estrangeiros, mas a DLUFL consegue ter quatro nos seus quadros. A maioria das Universidades tem apenas um leitor, e não raras vezes há anos lectivos em que nem um é possível contratar. Esta questão não se deverá a limites orçamentais, mas à dificuldade de angariar leitores, sobretudo pela impossibilidade de estabelecer uma rede de contactos rica com profissionais qualificados.

Mudando o foco para os aprendentes, até 2014/15, entraram na DLUFL 30 alunos em cada ano lectivo. As turmas, geralmente, são apenas compostas apenas por alunos de nacionalidade chinesa, sendo que no 2º ano é possível aos aprendentes, ao abrigo de um protocolo com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH – UNL), estudar em Portugal. Os aprendentes que decidem ir para Lisboa podem, a partir do 3º ano, permanecer na FCSH, estudar na Universidade de Aveiro ou regressar a Dalian. Ademais, os aprendentes podem escolher apenas ir para Portugal no 3º ano, estando de momento essa opção restrita ao estudo na Universidade de Aveiro, onde têm a oportunidade de completar a Licenciatura e prosseguir para o 2º ciclo de estudos.



O número de aprendentes por turma é, pela razão supracitada, pouco uniforme, e o nível dentro de cada grupo é também heterogéneo. Para aumentar ainda mais a complexidade salienta-se que ao abrigo de protocolos com a Universidade de Estudos Estrangeiros de Tianjin (TFSU) e com o Instituto de Línguas Estrangeiras Jilin Huaqiao (HQWY) é possível a inclusão de alguns aprendentes dessas instituições nas turmas de português da DLUFL.

Ainda não existe uma grande dinâmica no que diz respeito à promoção da língua portuguesa, e da licenciatura de português, quer no *campus* universitário como fora deste, faltando por exemplo uma maior praactividade na realização de eventos ou concursos, ou mesmo de uma semana cultural.

### **3.2. Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto (KUFS/UEEQ)**

Uma das instituições japonesas em maior destaque é a Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto, uma das previamente mencionadas – e restritas – instituições com departamento de estudos luso-brasileiros, e com protocolos de intercâmbio com a Universidade de Coimbra, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo e Universidade Federal Fluminense.

O seu papel na divulgação e desenvolvimento da língua portuguesa no Japão está bem documentado e ao acesso de todos. O Departamento de Estudos Luso-Brasileiros da UEEQ tem um sítio oficial<sup>34</sup> com alguma informação sobre a sua actividade, na qual está incluída a organização do tradicional “Concurso de Eloquência de Língua Portuguesa para Estudantes Universitários Japoneses”<sup>35</sup>.

Uma das figuras responsáveis por este dinamismo é o Professor Ikunori Sumida. Nos parágrafos que se seguem, partindo do artigo do Prof. Sumida que sintetiza a sua apresentação no I SIMELP (Simpósio Mundial da Língua Portuguesa), tentar-se-á analisar o programa curricular em vigor na UEEQ.

Desde logo Sumida (2008) refere que, pela sua experiência, existem fundamentalmente três objectivos que levam um japonês a estudar a língua portuguesa: em primeiro lugar, o português como instrumento de comunicação (no

---

<sup>34</sup> Disponível em <http://www.kufs.ac.jp/Brazil/delb/index.html>

<sup>35</sup> Mais informações disponíveis em <http://embaixadadeportugal.jp/pt/lingua-portuguesa/concursos-de-eloquencia/>

âmbito pessoal e profissional); o português como fundamental numa especialização em estudos de área; utilização mais pragmática para conclusão de um curso superior ou aquisição de conhecimentos como um fim em si mesmo.

Sumida (2008) adianta que o Departamento de Estudos Luso-Brasileiros (vulgo DELB) foi fundado em 1967, por altura de uma época de robusta internacionalização do Japão, tendo o Mestrado em Estudos Luso-Brasileiros tido a sua primeira edição em 1971. Em Maio de 2008, o DELB tinha nos seus quadros 17 docentes<sup>36</sup>, que ensinavam português a 272 alunos (mais 3 de Mestrado e outros 3 de Doutoramento), com 67 alunos no 1º ano, 70 no 2º ano, 81 no 3º ano e 54 no 4º ano. Independentemente de não haver um termo de comparação, os dados revelam alguma consistência, e indicam que um número considerável de alunos progride e conclui os seus estudos de língua portuguesa na UEEQ.

Relativamente ao programa curricular em vigor, Sumida (2008) afirma que este se pautava pelo “equilíbrio da preparação dos discentes na sua competência linguística quer em Português Brasileiro (PB), quer em Português Europeu (PE), sem esquecer a língua portuguesa em África e na Ásia”, referindo ainda que o programa das disciplinas segue os princípios orientadores do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*. Ademais, Sumida (2008) aponta como principal objectivo do currículo do primeiro ano a aprendizagem do português prático e a cultura dos países lusófonos, acrescentando que o facto de ser a primeira língua estrangeira que muitos alunos aprendem – com excepção do inglês – promove que no ano inicial do curso os aprendentes tenham de adquirir as noções básicas de Fonética, Morfologia e Sintaxe, enquanto a partir do segundo ano, para além de Linguística e Literatura, os aprendentes são estimulados com temas da actualidade dos países lusófonos. É de salientar que ao longo dos quatro anos do curso as disciplinas obrigatórias incluem o estímulo de diversas competências quer ao nível da produção como da recepção em língua portuguesa.

Um dos aspectos mais inovadores, porém, é o chamado projecto CALL (Computer Assisted Language Learning), que consiste em aulas de laboratório,

---

<sup>36</sup> Em 2011, segundo o IPOR, esse número era de 13 docentes: 2 Portugueses, 3 Brasileiros e 8 Japoneses.

obrigatórias em todos os departamentos da UEEQ, e que visam facilitar, neste caso, a aprendizagem da língua portuguesa através das novas tecnologias (Sumida 2008). O “CALL – Português I”, a título de exemplo, tem como objectivo “o contacto inicial com a Fonética da língua portuguesa, nomeadamente a aquisição de fonemas e a apresentação das principais variantes do português” (Aires, Iyanaga, e Muramatsu 2008), tendo os seus autores produzido ainda um manual – *Portufone* – vocacionado para falantes nativos de japonês, em jeito de programa informático.

O DELB da Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto pode ser considerado, por esta descrição que é aqui feita, um paradigma do ensino da língua portuguesa na Ásia, não só pela sensibilidade e preocupação na elaboração do programa curricular e dos materiais didácticos, bem como por todo o conjunto de iniciativas, previamente descritas, que promovem a língua e a cultura dos países lusófonos.

### **3.3. Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk (HUFS/UEEH)**

Conforme foi referido, de modo a conhecer um pouco melhor a realidade sul-coreana, foi realizada uma entrevista por escrito a um informante anteriormente ligado à Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk (HUFS/UEEH). Este informante – doravante X4 – teve a grande amabilidade e não menor mais-valia de nos transmitir algumas ideias sobre o funcionamento do EPLE na Coreia do Sul.

X4 tem uma leitura bastante crítica das diferenças que encontrou entre o ensino da língua na Europa e na Coreia do Sul, referindo que “a diferença mais drástica terá a ver com o contraste entre a dedução e a indução: ao passo que nas culturas ocidentais modernas, usualmente, o ensino da língua é feito através de métodos comunicativos, novas situações de comunicação, de cultura integrada e construindo-se novos discursos a partir de blocos primários, a esmagadora maioria do ensino das línguas na Coreia do Sul é feita através de métodos repetitivos, de indução, de quadros comunicativos algo desfasados da realidade e artificiais”.

Ademais, pela estrutura do curso de Língua Portuguesa na HUFS, X4 refere que o leitor apenas se cingia a aulas de comunicação oral, tendo com professores coreanos as aulas de “compreensão gramatical, escrita, tradução (...)”, apontando a “falta de

comunicação e mesmo colaboração entre os professores coreanos e os leitores nativos das línguas, situação sentida através dos vários departamentos (...)” como um dos maiores problemas para quem ensina PLE na HUFS.

Em termos de aprendentes, X4 menciona que por ano, cada turma teria “cerca de 20 a 30 alunos. Poderia ter até quatro turmas, duas em Seul, duas em Yong-In”. Quanto às suas funções, que já referimos cingirem-se mais às competências orais, de produção e recepção, admite que as partilhava com “outro professor, cidadão brasileiro, de larga experiência (...)”, propondo-se a “servir de termo de comparação com a norma brasileira, expondo através dos mais diversos materiais e situações à vivência da realidade de Portugal”.

X4 afiança ainda que as suas aulas eram ministradas apenas aos aprendentes dos dois primeiros anos do curso (que no total teria quatro anos), deixando os aprendentes de ter contacto com falantes nativos nos derradeiros anos do curso da HUFS. X4 avalia esta situação “como paradoxal ou mesmo ridícula numa organização equilibrada dos processos de aquisição e aprendizagem de uma língua estrangeira”, afirmando também que estaria “totalmente fora de questão uma discussão sobre esse assunto que envolvesse os próprios professores nativos, ou até as instituições com as quais colaboravam”.

No que diz respeito à caracterização dos próprios aprendentes, X4 traça um cenário algo negro relativamente aos finalistas e às suas competências linguísticas: “mais de 50% [dos aprendentes que estavam no último ano do curso] não haviam atingido sequer um nível A1 [do QECR] em todas as competências. Alguns eram capazes de manter uma conversa básica de circunstância, ou repetir discursos previamente memorizados (tal como um discurso sobre a cultura portuguesa, uma letra de fado, ou algo similar), mas não encetar um novo diálogo”.

X4 refere existirem “excepções, claro está, e mesmo alguns alunos brilhantes que procuravam uma autonomia total na aprendizagem do português, que se revelaria em excelentes conhecimentos da língua ou pelo menos na sua possibilidade de comunicação” dos quais excluía um caso particular que mencionámos num ponto anterior: “cidadãos coreanos nascidos ou educados durante longos anos no Brasil, de

que havia um número significativo (no fundo, eram mais “brasileiros” até pelos comportamentos culturais e proficiência da língua, do que “coreanos”).

Uma explicação para este fraco desempenho trivializado na aprendizagem da língua portuguesa pode ser atribuído a um factor sociocultural, que X4 subscreve dizendo serem “os anos universitários - dependendo do curso e perspectivas profissionais, naturalmente, mas generalizo - os únicos em que se pode não usar uniforme, vestirem-se como bem entendem, pintar o cabelo de azul, etc.”, em suma, em que é permitido aos alunos coreanos “terem liberdade”, por contraste ao seu percurso escolar anterior, caracterizado por um grande rigor e pressão para entrar na Universidade, o que poderá levar posteriormente a uma “certa lassidão nos estudos, mormente quando dizem respeito às línguas”.

## Conclusões

*“Ofende-me o entendimento que um homem seja capaz de dominar o Diabo e não seja capaz de dominar a língua portuguesa. Porque há o comércio com os demónios ser mais fácil que o comércio com a gramática? [...] Porque há-de gastar-se toda a energia da alma no estudo da linguagem dos Deuses, e não há-de sobrar um reles bocado com que se estude a cor e o ritmo da linguagem dos homens?”*

Fernando Pessoa [através do seu semi-heterónimo  
Bernardo Soares] (1998)

Por cada pergunta a que tentámos responder, cremos que muitas mais acabaram por surgir. A realidade da Ásia Oriental face ao EPLE não é homogénea, revelando características próprias de cada Estado-nação, com raízes na história individual partilhada com os países de expressão portuguesa.

No caso da China vemos que a conjuntura económica favorável, e a aposta no carácter utilitário da língua portuguesa como uma ferramenta que garante empregabilidade “no jornalismo, na diplomacia e nas empresas” (Soares, 2013) propicia o aparecimento de cada vez mais instituições que oferecem a língua portuguesa nos seus currículos. Embora este processo nem sempre seja sustentado e com a qualidade desejada, algumas instituições, como a DLUFL parecem investir cada vez mais no desenvolvimento dos seus recursos humanos, para que consequentemente o ensino evolua para os padrões desejados por todos os responsáveis, e sobretudo pelos aprendentes de hoje, que em muitos casos serão os professores de amanhã.

Em relação ao Japão, presenciamos um EPLE com grande enfoque na variante brasileira da língua portuguesa. A este facto não serão alheios os processos de diáspora que criaram novos desafios – nomeadamente no sector da Educação – para as comunidades nipo-brasileiras que vivem no Japão. Observamos um EPLE que tem origem no ensino básico, e não apenas no ensino superior, e que apesar de não estar a crescer a nível universitário, encontra-se a crescer no ensino fundamental e médio, suprimindo as necessidades educativas dos filhos dos *Dekasseguis*. Encontramos neste país um nível de organização de ensino muito evoluído, com uma longa e rica história

no Português Língua Segunda e Estrangeira, e que servirá de exemplo para a região em termos de meta qualitativa a atingir.

Por último, a Coreia aparenta ser um caso em que a perspectiva de apresentar o Português unicamente como um meio para realizar negócios com países emergentes de expressão portuguesa, colocando um excessivo peso no previamente referido carácter prático do ensino da língua, acaba por asfixiar o contexto do EPLE. As instituições, pelo que pudemos aferir, estão longe de garantir a qualidade do ensino, o que terá reflexo nas competências dos aprendentes sul-coreanos e no desenvolvimento do PLE na Coreia. Além disso, a falta de ligação cultural entre o mundo lusófono e a Coreia, e os vínculos desta com países de outras esferas linguísticas acaba por secundarizar a necessidade de desenvolver o PLE no país, sendo o Português uma nota de rodapé em comparação com o que encontramos na China e no Japão.

A promessa de convergência entre estes três contextos, no âmbito do EPLE, é de difícil cumprimento. Não há dúvida que a região tem características que, no papel, lhe atribuem unidade. Porém, como já referimos, o tecido da história em cada país foi entrelaçado de uma maneira singular que imprimiu à língua portuguesa diferentes graus de penetração e desenvolvimento do seu Ensino. O EPLE na Ásia Oriental deverá, por isso, ser olhado em conjunto com o contexto social, cultural, político e económico da região, compreendendo as condições e ambições dos seus Estados. A maior semelhança, possivelmente, será a tentativa de instrumentalização da língua portuguesa para intervir no sector dos negócios, particularmente com os países emergentes de língua oficial portuguesa. Esta disposição, no entanto, não será exclusiva da Ásia Oriental, embora aqui assuma uma importância fundamental pelo poderio económico dos países desta região e pela sua necessidade de competir não só entre si, como com outras potências económicas inter-regionais.

Num estudo posterior, seria positivo estender a comparação com outros contextos desta sub-região, ou porventura passar de um carácter mais geral, para a análise do PLE num determinado país, ou mesmo apenas numa instituição. O resultado desta investigação representa um pequeno passo que esperamos ter contribuído para o desenvolvimento de mais trabalhos neste âmbito. Haverá margem para, no futuro,

ser feito um levantamento e uma análise mais assertivos, sobretudo dos contextos japonês e coreano, onde a investigação ao nível do EPLE – no caso do Japão, principalmente na variante de Português Europeu – não tem sido muito profícua quando comparada com o volume de trabalhos produzidos nos últimos anos sobre o seu homólogo chinês.

Em conclusão, numa época em que as distâncias físicas se encurtam graças aos avanços tecnológicos, sentimos a necessidade de continuar a encurtar a distância entre nós e o conhecimento do PLE e da sua operacionalização na Ásia Oriental. Esperamos futuramente continuar a percorrer este caminho junto de tantos outros que contribuem para o seu desenvolvimento.



## Bibliografia

Ai Yuan. 2012. *Frequentar a Universidade: Reflexões sobre o "ser estudante" na China e em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Braga: ILCH – UM.

Aires, Pedro, Shiro Iyanaga, e Eriko Muramatsu. 2008. "Portufone: As Novas Tecnologias Na Didáctica Do Português Língua Estrangeira." In *A Língua Portuguesa No Japão*, ed. por Gabriel Antunes de Araújo e Pedro Aires. São Paulo: Paulistana Editora, pp. 9–24.

Almeida, M. 2013. Macau - Património Mundial da Humanidade: 500 anos de amizade luso-chinesa (1513-2013). *Portu-nês*. Nº3, Primavera-Verão. <http://www.portunes-online.com/Magazine/index.php/Index/details/id/11>

Álvares, Jorge. 1547. "Mais emformação das cousas de Japao", in *Livro que trata das cousas da India e do Japao*. Biblioteca Municipal de Elvas, Cópia de 1548.

Andressen, Curtis A. 2002. *A Short History of Japan: From Samurai to Sony*. Crows Nest, N.S.W.: Allen & Unwin.

Araújo, Gabriel Antunes de. 2008. "A Língua Potuguesa No Japão: Um Panorama." In *A Língua Portuguesa No Japão*, por Gabriel Antunes de Araujo and Pedro Aires, 9–24. São Paulo: Paulistana Editora.

Bettencourt, Francisco, e Curto, Diogo Ramada. 2010 (ed.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lugar Da História. Lisboa: Edições 70.

Catz, Rebecca. 1983. "Carta do irmão Fernão Mendes aos padres e irmãos da companhia de Jesus em Portugal, Malaca, 5 de Dezembro de 1554", in *Cartas de Fernão Mandes Pinto e outros documentos*. Lisboa: Presença.

Cheng Cuicui. 2012. *A Selecção e a Produção de Materiais Didácticos no Processo do Ensino do Português aos Alunos Chineses*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH - UNL.

Colaço, Rita. 2008. "Testemunho do Ex-embaixador Português em Seul". *Coreia do Norte. Um Segredo de Estado*. Disponível em

<https://coreiadenorte.wordpress.com/testemunho-do-embaixador-portugues-em-seul/>

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 2015. CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.cplp.org/>

Confúcio. 2008. *Os Analectos*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Disney, A. R. 2010. *História de Portugal E Do Império Português - Volume I*. Lisboa: Guerra & Paz.

Disney, A. R. 2011. *História de Portugal E Do Império Português - Volume II*. Lisboa: Guerra & Paz.

Elisonas, Jurgis. 1991. "Christianity and the Daimyo." In *The Cambridge History of Japan*. Vol. 4. Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press.

Embaixada da República da Coreia em Portugal. 2013. *Relações Bilaterais*. Disponível em: <http://prt.mofa.go.kr/>

Embaixada de Portugal em Pequim. 2012. *Ensino Português Língua Estrangeira na China*. Disponível em: [http://www.portugalembassychina.com/sections/media/cul\\_sec/Ensino\\_Portugues\\_Lingua\\_Estrangeira\\_na\\_china.doc](http://www.portugalembassychina.com/sections/media/cul_sec/Ensino_Portugues_Lingua_Estrangeira_na_china.doc)

Embaixada de Portugal em Seul. 2013. *Relações Bilaterais*. Disponível em: <http://www.portugalseoul.com/port/br/sub01.asp>.

Espadinha, Maria Antónia e Silva, Roberval. 2009. "Português de Macau". Resumo de comunicação realizada no âmbito do 2º SIMELP. Trabalho não publicado.

Fonseca, Fernando V. Peixoto da. 1985. *O Português Entre as Línguas Do Mundo*. Coimbra: Almedina.

Fróis, Luís. 2001. *Tratado das contradições e diferenças de costumes entra a Europa e o Japão*. Ed. Rui Manuel Loureiro. Macau: Instituto Português do Oriente.

Grosso, Maria José e Godinho, Ana Paula Cleto (eds.). 2014. *O Português na China – Ensino e Investigação*. Lisboa: Lidel.

“Guia Escolar - Procedimentos Para Matrícula Em Escola Japonesa.” 2005. Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia. <http://www.brasemb.or.jp/portugues/community/pdf/006.pdf>.

Hall, John Whitney, ed. 1991. *The Cambridge History of Japan*. Vol. 4. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University press.

Hart, Jonathan Locke. 2003. *Comparing Empires: European Colonialism from Portuguese Expansion to the Spanish-American War*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, England ; New York: Palgrave Macmillan.

Higuchi, Naoto. 2006. “Brazilian Migration to Japan - Trends, Modalities and Impact”, *Nações Unidas - Departamento de Assuntos Económicos e Sociais*.

Hugo, Richard. 1992. *The Triggering Town: Lectures and Essays on Poetry and Writing*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.

Instituto Camões. 2015. “Língua e Ensino”. *Ensino do Português no Estrangeiro - Ensino Superior*. Disponível em <http://instituto-camoes.pt/epe-ensino-superior/root/lingua-e-ensino/epe-ensino-superior>

Joo, Jong-Taick. 2010. “Culture and Ethnicity in the Korean Transnational Community in Brazil”, *Iberoamerica*, 12 (2): pp. 323–356.

Ka-Ho Mok (ed.). 2006. *Education Reform and Education Policy in East Asia*. Nova Iorque: Routledge.

Ka-Ho Mok (ed.). 2010. *The Search for New Governance of Higher Education in Asia*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Kono, Akira. 2001. “Portuguese-Japanese Language Contact in 16th Century Japan.” *Bulletin of Portuguese - Japanese Studies* (3), pp. 43–51.

Koshiyama, Alice Mitika. 2008. “Imprensa Nikkei Em Língua Portuguesa: O Fenômeno Da Globalização E O Caso Da Revista Made in JAPAN.” In *A Língua Portuguesa No Japão*, ed. por Gabriel Antunes de Araujo and Pedro Aires. São Paulo: Paulistana Editora, pp. 51 – 66.

Liu Quan. 2012. *Representações sobre a Aprendizagem da Língua Portuguesa do Público Chinês Universitário*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FL - UL.

Loureiro, Rui. 1990. *Os Portugueses e o Japão no século XVI - Primeiras Informações*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Ministério da Educação.

Loureiro, Rui (ed). 2001. *Tratado das Contradições e Diferenças de Costumes entre a Europa e Japão de Luís Fróis*. Instituto Português do Oriente.

Mason, R. H. P. 1997. *A History of Japan*. Rev. ed. Rutland, Vt: C.E. Tuttle Co.

Moura, Vasco Graça. 2005. " A Língua Portuguesa: um traço de união à roda do mundo". In *Atlas de Portugal*, coord. científica Raquel Soeiro de Brito ; coord. geral Rui Pedro Julião ; José Norberto Fernandes. Lisboa: Instituto Geográfico Português.

Nakamizu, Ellen. 2003. "Language Contact between Portuguese and Japanese. Functions of Code-Switching in the Speech of Brazilians Living in Japan." *Bulletin of Portuguese - Japanese Studies* (6): pp. 73 – 91.

Nawa, Takako. 1988. "Bilinguismo e mudança de código : uma proposta de análise com os nipo-brasileiros residentes em Brasília". Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/12074>.

Neff, Robert. 2009. "Jeju featured in early European contact", *Jeju Weekly*. Disponível em: <http://www.jejuweekly.com/news/articleView.html?idxno=191>

Oliveira e Costa, João Paulo. 1995. *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*. Instituto Cultural de Macau / Instituto de História de Além-Mar.

Park, Kye-young (ed.). 2009. "The Second Generation of Koreans in Brazil: A Portrait", *The Korean Immigration in the Americas*, UCLA Center for Korean Studies.

Pessoa, Fernando; Zenith, Richard (ed.). 1998. *Livro do Desassossego*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Peterson, Mark. 2010. *A Brief History of Korea*. Nova Iorque: Facts on File.

Pinto, Fernão Mendes. 1614. *Peregrinação de Fernam Mendez Pinto*. Lisboa: Pedro Crasbeeck.

Ramos, João de Deus. 1990. "Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau", *Nação e Defesa*, nº53.

Ran Mai. 2006. *Aprender Português na China - O Curso de Licenciatura em Língua e Cultura Portuguesas da Universidade de Estudos Internacionais de Xangai: Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: DLC - UA.

Ride, Lindsay; Ride, May e Fairbank, John K. 1999. *The Voices of Macao Stones*. Hong Kong: Hong Kong University Press.

Rocha, Íris. 2013. *Português Para Alunos Japoneses: Propostas Didáticas*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH - UNL.

Sasaki, Elisa Massae. 2002. "Dekasseguis. Japanese - Brazilian Immigrants in Japan and the Question of Identity." *Bulletin of Portuguese - Japanese Studies* (4): pp. 11 – 41.

Shin, Jung Cheol; Postiglione, Gerard A.; e Futao Huang (eds.). 2015. *Mass Higher Education Development in East Asia - Strategy, Quality, and Challenges*. Heidelberg, Nova Iorque, Dordrecht e Londres: Springer.

Soares, Manuela Goucha. 2013. *Português é a Língua da Moda e do Emprego na China*. *Expresso* [online]. Retirado a 30 de Outubro de 2013 de: <http://expresso.sapo.pt/portugues-e-a-lingua-da-moda-e-do-emprego-na-china=f838497>

Slingerland, Edward (trad.). 2003. *Confucius Analects*. Indianapolis: Hackett Publishing Company.

Sumida, Ikunori. 2008. "Um Programa Curricular de Língua Portuguesa Equilibrado", *A Língua Portuguesa No Japão*, por Gabriel Antunes de Araújo e Pedro Aires, pp. 67–76. São Paulo: Paulistana Editora.

United Nations Statistics Division. 2013. *Composition of macro geographical (continental) regions, geographical sub-regions, and selected economic and other groupings*. Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm>

Universidade de Estudos Estrangeiros de Busan. 2015. Faculdade de Estudos Ocidentais. Disponível em [http://www.bufs.ac.kr/English/03\\_college/college\\_02.aspx](http://www.bufs.ac.kr/English/03_college/college_02.aspx)

Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk. 2015a. *Faculdade de Estudos Ocidentais*. Disponível em [http://www.hufs.ac.kr/user/hufsportuguese/un\\_1\\_b\\_1.jsp](http://www.hufs.ac.kr/user/hufsportuguese/un_1_b_1.jsp)

Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk. 2015b. *Faculdade de Idiomas*. Disponível em [.kr/user/hufsportuguese/un\\_2\\_b\\_2.jsp](http://www.hufs.ac.kr/user/hufsportuguese/un_2_b_2.jsp)

Varley, H. Paul. 2000. *Japanese Culture*. 4a ed. Honolulu: University of Hawaii Press.

Weightman, Barbara A. 2010. *Dragons and Tigers: A Geography of South, East, and Southeast Asia*. Nova Jérsea: John Wiley & Sons, Inc.

Xavier, Francisco S. 1549. "Carta de S. Francisco Xavier para os Padres Mestre Gaspar, Baltasar Gago e Domingos Carvalho da Companhia de Jesus na Índia, ordenando-lhes que viessem procura-lo em miaco (Japão). Nov. 5, Kangoshima (Japão)", in *Cartas originais de Santo Ignácio de Loyola e de S. Francisco Xavier*.

Yan Qiaorong. 2008. "Português Língua Estrangeira no Continente Chinês: Situação Actual e Alguns Aspectos a Melhorar". Apresentado no I Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo.

Zheng Shanpei. 2010. *O Ensino da Língua Portuguesa na China: Caracterização da Situação Actual e Propostas para o Futuro*. Dissertação de Mestrado. Braga: ILCH - UM.

Zhu Yuan e Água-Mel, Cristina. 2012. "Estudos Portugueses na China". *Portu-nês*, nº1, Primavera-Verão, pp. 15 – 27.

## Anexos

### Anexo 1

#### UNIVERSIDADES CHINESAS QUEM TÊM CURSO LICENCIATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ano 2012/2013

1

<b>Nome da universidade:</b>	<b>Beijing Foreign Studies University – BFSU (北京外国语大学)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	No.2 Xisanhuan Beilu, Beijing, 100089 (北京市西三环北路 2 号, 邮编 100089)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	Ano 1961
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura, mestrado
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 Licenciatura: 4 turmas, 88 alunos 1º - 22 alunos 2º - 22 alunos 3º - 22 alunos 4º - 22 alunos Mestrado: 3 alunos 1º - 1 aluno 2º - 2 alunos
<b>Responsável (chinês) departamento:</b>	Prof. YE Zhiliang (叶志良)
<b>docente(s):</b>	Chineses: Zhao Hongling (赵鸿玲), YE Zhiliang (叶志良), Zhou Hanjun (周汉军), Zhao Xiaofei (张晓非), Zhang Jianbo (张剑波), Zhang Yunfeng (张云峰) Estrangeiros: Clara Oliveira (Portugal, leitor oficial, enviado IPOR/ICA)
<b>NOTAS:</b>	Protocolo com Universidade de Macau. Alunos estudam em Macau no 3º ano do curso. Diploma da BFSU.

<b>Nome da universidade:</b>	<b>Shanghai International Studies University – SISU (上海外国语大学)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	R. Wen Xiang Lu, no 1550, Songjiang 201620, Xangai (上海松江文翔路 1550 号, 邮编 201620)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	Ano 1977
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura, Mestrado
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 Licenciatura: 4 turmas, 88 alunos 1º - 24 alunos 2º - 19 alunos 3º - 26 alunos 4º - 19 alunos Mestrado: 5 alunos 1º - 2 alunos 2º - 2 alunos 3º - 1 aluno
<b>Responsável departamento:</b>	Profª. Zhang Minfen (张敏芬)
<b>docente(s):</b>	Chineses: XU Yixing (徐亦行), Zhang Li (张黎), Zhang Minfen (张敏芬), Zhang Weiqi (张维琪) Gu Wenjun (古雯鋈) Estrangeiros: Ana Filipa Teles (Portugal, leitora oficial, enviada IPOR/ICA)
<b>NOTAS:</b>	Protocolos com: Instituto Camões e IPOR Universidade de Macau Instituto Politécnico de Macau Universidade de Lisboa Universidade de Aveiro Universidade de São Paulo Universidade Cândido Mendes Neste momento, alunos frequentam o Curso de Verão ou o Curso Anual na Universidade de Macau ou na Universidade de Lisboa e também na Universidade do Minho. Diploma da SISU.



3

<b>Nome da universidade:</b>	<b>China Communication University – CCU (中国传媒大学)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	No.1 Dingfuzhuang Dongjie, ChaoYang District, Beijing (北京市朝阳区定福庄东街 1 号, 邮编 100024)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	setembro de 1960
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 2 turmas, 39 alunos 1º - 16 alunos 4º - 23 alunos
<b>Responsável departamento:</b>	Profª. Zhang fangfang (张芳芳)
<b>docente(s):</b>	Chineses: Yan Qiaorong (颜巧容), Zhang fangfang (张芳芳) Estrangeiros: Liliana Gonçalves (Portugal, leitora oficial, enviada IPOR/ICA)
<b>NOTAS:</b>	modelo 3+1, 3 anos na UCC e 1 ano na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil Inicialmente (após criação do CLP em Janeiro de 2005, quando da visita do P.R. de Portugal, Jorge Sampaio), previa-se que os alunos da UCC fossem estudar em Portugal; no entanto, como não houve seguimento em Portugal, a universidade começou a enviar os alunos para o Brasil. Diploma: CCU

4

<b>Nome da universidade:</b>	<b>ERWAI / Beijing International Studies University – BISU (北京第二外国语学院)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	Nº 1 Dingfuzhuang Nanli, Chaoyang District, Beijing 100024 (北京市朝阳区定福庄南里 1 号, 邮编 100024)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	2005
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 Licenciatura: 2 Turmas, 47 alunos 2º - alunos 25 4º - alunos 23
<b>Responsável departamento:</b>	Sr. Wen Dalin (温大林) / Sr. Wei Ming (魏鸣)
<b>docente(s):</b>	Chineses: Wei Ming (魏鸣), Zhao Jingjian (赵京剑) Estrangeiros: Sonia Lourenço (Portugal), Carlos Shimote (Brasil)
<b>NOTAS:</b>	Diploma: BISU

5

<b>Nome da universidade:</b>	<b>Peking University (北京大学)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	Rm. 202, Building MinZhu, Peking University (北京大学民主楼 202 室)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	Setembro de 2007
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 1 turma, 10 alunos 1º - 10 alunos
<b>Responsável departamento:</b>	Profª MIN Xuefei (闵雪飞)
<b>docente(s):</b>	Chinês: MIN Xuefei (闵雪飞) Estrangeiro: Cândido Azevedo
<b>NOTAS:</b>	Protocolo com o IPM Alunos estão este ano no Politécnico, não havendo nova turma em Pequim Diploma: UP

6

<b>Nome da universidade:</b>	<b>University of International Business and Economics – UIBE(中国对外贸易经济大学)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	No. 10 Huixin Dongjie Chaoyang Distrito, Beijing 100029 (北京市朝阳区惠新东街 10 号, 邮编 100029)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	Setembro de 2009
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 3 turmas, total 41 alunos 1º - 14 alunos 2º - 15 alunos 4º - 12 alunos
<b>Responsável departamento:</b>	Profª. Wen Zhuojun (文卓君)
<b>docente(s):</b>	Chineses: Wen Zhuojun (文卓君), Li Cong (李丛) Estrangeiros:
<b>NOTAS:</b>	Soliciaram nosso apoio sentido melhorarem recursos, aquisição biblioteca, etc. Diploma: UIBE

7

<b>Nome da universidade:</b>	<b>Tianjin Foreign Studies University – TFSU (天津外国语大学)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	Nº.117, Machangdao, Hexi, Tianjin, 300204 (天津河西马场道 117 号, 邮编 300204)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	Setembro de 2005
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 Licenciatura: 4 turmas, 83 alunos 1º - 22 alunos 2º - 27 alunos 3º - 18 alunos 4º - 16 alunos
<b>Responsável departamento:</b>	Profª. Yang Shu (杨舒)
<b>docente(s):</b>	Chineses: Liu Quan (刘全), Yangshu (杨舒), Zheng Shanpei (郑珊培), Zhang Hanzi (张含滋), LU Yawei (卢亚伟) 郑珊培 (Isabel) zhengshanpei1981@yahoo.com.cn; 刘全 (Helena) helenajht@gmail.com; 杨舒 (Cristina) cristininha0727@hotmail.com; 张含滋 (Diana) zhz116@yahoo.com.cn; 卢亚伟 (Lúcia) luyawei26@yahoo.com.cn Estrangeiros: Luis Tiago Pires (Portugal) :luis.tiago.pires@gmail.com; Fabiano Dalri (Brasileiro) : fabianodalribrasil@gmail.com
<b>NOTAS:</b>	Tem protocolo com Universidade de Lisboa/Instituto Confúcio. <a href="http://west.tjfsu.edu.cn/">http://west.tjfsu.edu.cn/</a> Diploma: TFSU, e Universidade do Minho (diploma de mestrado)

8

<b>Nome da universidade:</b>	<b>Dalian University of Foreign Languages – DUFL (大连外国语学院)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	No.6,Xiduan, Lvshun South Rd., Dalian (大连市旅顺南路西段 6 号 邮编: 116044)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	Setembro de 2008
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 Licenciatura: 4 turmas, 103 alunos 1º - 29 alunos 2º - 18 alunos 3º - 27 alunos 4º - 29 alunos
<b>Responsável departamento:</b>	Profª. Han Ying (韩莹)
<b>docente(s):</b>	Chineses: Han Ying (韩莹), Gu Fengxiang (顾逢祥), Ren Runxian (任润先), Zhou You (周游), Fan Wenting (范文亭), Cheng Cuicui (程翠翠) Estrangeiro: Rita Pereira (PT)
<b>NOTAS:</b>	Acordo com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Solicitaram nosso apoio, aquisição biblioteca, abertura CLP oficial, envio professor Diploma: DUFL <a href="http://edawai.dlufli.edu.cn/">http://edawai.dlufli.edu.cn/</a>

<b>Nome da universidade:</b>	<b>Harbin Normal University - HNU (哈尔滨师范大学)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	No.50 Hexing Rd. Nangang District, Harbin, China 150080 (哈尔滨南岗区和兴路 50 号, 邮编 150080)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	Setembro de 2008
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2011-2012 1º - 30 alunos 2º - 25 alunos 3º - 29 alunos (11 estão no Brasil, 18 em Portugal) 4º - 35 alunos Total 119 alunos
<b>Responsável departamento:</b>	Sr.Liu Xiaozhong (刘孝忠)
<b>docente(s):</b>	Chineses: Liu Xiaozhong (刘孝忠), Liu Yi (刘毅)  Estrangeiros: Pedro Henrique Li (Brasil), Marcelo Alves Marcondes (Brasil), Edris (Portugal)
<b>NOTAS:</b>	Solicitam também apoio português, nomeadamente, abertura dum CLP oficial

<b>Nome da universidade:</b>	<b>XI'AN International Studies University – XAISU (西安外国语大学)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	No. 1. Wenyuan South Rd. Guodu educational technology industry zone Xi'an (西安郭杜教育科技产业开发区文苑南路 1 号, 邮编:710128)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	Ano 2006
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 Licenciatura: 4 turmas, 108 alunos 1º - 31 alunos 2º - 29 alunos 3º - 19 alunos 4º - 29 alunos Mestrado: 1 aluna 2º - 1 aluna
<b>Responsável departamento:</b>	Profª. Ren Shanshan (任珊珊)
<b>docente(s):</b>	Chineses: Chen Di (陈迪), Yuan Shuhan (袁淑寒), Ren Shanshan (任珊珊), Wang Chennan (王晨楠), Hou Xiaoying (侯潇英), Xu Hui (徐辉) Estrangeiro: Tânica Santos (Portugal), Bruno (Brasil)
<b>NOTAS:</b>	Fazer curso de verão em Macau. Protocolo com Universidade de São Paulo e Universidade do Minho

## 11

<b>Nome da universidade:</b>	<b>Communication University of China – Nanjing (中国传媒大学南广学院)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	No. 3666, Hongjing Dadao, Jiangning District, Nanjing City Communication University of China' Nanjing (南京市江宁区弘景大道 3666 号中国传媒大学南广学院 邮政编码: 211172)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	2005
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 4 turmas, 82 alunos 1º - 14 alunos 2º - 22 alunos 3º - 22 alunos 4º - 24 alunos
<b>Responsável departamento:</b>	Profª. Hua Lu (华璐) vai acompanhar os alunos para Portugal durante 1 ano. A profª. Yue Liya (Tel:15951760389) vai substituir a Hua Lu durante este ano lectivo.
<b>docente(s):</b>	Chineses: Hua Lu (华璐), Zhai Xiaohong (翟晓虹) Estrangeiros: Dave Jumel (Portugal)
<b>NOTAS:</b>	Seguem modelo 3+1, 3 anos na UCCNJ e um ano na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Agora no Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

## 12

<b>Nome da universidade:</b>	<b>Jilin Huaqiao Foreign Languages Institute (吉林华桥外国语学院)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	No. 3658, Jingyue Av. Changchun City (地址: 长春市净月大街 3658 号 邮编: 130117)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	2008
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 Licenciatura: 4 turmas, 108 alunos 1º - alunos 30 2º - alunos 26 3º - alunos 26 4º - alunos 26
<b>Responsável departamento:</b>	Prof. Bai Jialin (白家麟)
<b>docente(s):</b>	Chineses: Bai Jialin (白家麟), Ma Xianru (马显茹), Lin Ye (林野), Zeng Yongxiu (曾永秀) Estrangeiros: Helga Márcia Aurnauth dos Santos (Portugal), José Sliva (Portugal)
<b>NOTAS:</b>	Tem protocolo com Universidade de Coimbra

13

<b>Nome da universidade:</b>	<b>Guangdong University of Foreign Studies (广东外语外贸大学)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	No. 2 North, Baiyun Dadao, Baiyun District, Guangzhou City (地址: 中国广州市白云区白云大道北 2 号 510420 (北校区))
<b>Data criação curso/departamento português:</b>	2009
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 Licenciatura: 4 turmas, 100 alunos 1º - 20 alunos 2º - 27 alunos 3º - 26 alunos 4º - 27 alunos
<b>Responsável departamento:</b>	Profª. Yang Jing (杨菁)
<b>docente(s):</b>	Chineses: Shang Xuejiao (尚雪娇), Zhou Wenxu (周文旭), Yang Jing (杨菁), He Yuanyuan (贺莞莞) Estrangeiros: Júlio Jatobá (Brasil) Deolinda Barros (Portugal)
<b>NOTAS:</b>	A GDUFS tem cooperações com a Embaixada do Brasil, e já realizou o intercâmbio de alunos com a Universidade de São Paulo e a Universidade de Macau. Ao mesmo tempo assinou protocolos com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade Federal de Pernambuco do Brasil.

14

<b>Nome da universidade:</b>	<b>Shi Jia Zhuang Vocational College of foreign language translation (石家庄外语翻译职业学院)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	No. 29 Huifeng West Road, Hongqi Nan Av. Shijiazhuang, Hebei Province, China 050091 Tel: +86- (0) 311-89632403
<b>Data criação curso/departamento português:</b>	2009
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Especialista
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 3 turma, 115 alunos 1º - 42 alunos 2º - 50 alunos 3º - 23 alunos
<b>Responsável departamento:</b>	Profª. Li Xia (李霞)
<b>docente(s):</b>	Chineses: Estrangeiros: Liliana Isabel Da Cunha Soares (Portugal); João Ari Carvalho da Costa Teixeira (Portugal); Telma Patricia Rodrigues Carvalho (Portugal); Tiago Pereira Martins De Castro Nabais (Portugal)
<b>NOTAS:</b>	Espero que professores e alunos sejam cada vez mais melhor com o desenvolvimento do estudo para habilitar os talentos excelentes. Além disso , nós vamos organizar o grupo para discutir e comunicar cultura diferente para promover juntos , e deixe a nossa vida enriquecer.

15

<b>Nome da universidade:</b>	<b>Beijing Language and Culture University (Universidade de Línguas e Culturas de Beijing 北京语言文化大学)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	Departamento de Português, Instituto das Línguas Estrangeiras, Universidade de Línguas e Culturas de Beijing, Nº15, Rua Xueyuan, Distrito Haidian, Beijing (北京海淀区学院路 15 号北京语言大学外国语学院葡萄牙语专业)
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	2011.09
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 2 turmas, 45 alunos 1º ano: 21 alunos 2º ano: 24 alunos
<b>Responsável (chinês) departamento:</b>	Profa. Li Huang (Leonor) (Mestrado em Tradução da Universidade de Macau) do departamento de português
<b>docente(s):</b>	Chinesas: Li Huang (Leonor) (Mestrado em Tradução da Universidade de Macau) Ângela Tian (Mestrado em Tradução da Universidade de Macau) Estrangeiros: Nuno Miguel Lourenço Neves Renca (Instituto Politécnico da Leiria de Portugal)
<b>NOTAS:</b>	Cooperação com Instituto Politécnico da Leiria e Universidade de Macau

16

<b>Nome da universidade:</b>	<b>四川外国语学院 Universidade de Estudos Internacionais de Sichuan(SISU em breve)</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	重庆市, 沙坪坝区, 烈士墓壮志路 33 号, 四川外语学院西班牙语系, 邮编 400000 O Departamento de Espanhol da SISU, No.33, Rua Zhuangzhi, Lie Shimu, bairro Sha Pingba, município de Chongqing O código postal:400000
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	2012.09
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 Licenciatura: 1 turma, 30 alunos
<b>Responsável (chinês) departamento:</b>	Profa. TANG Sijuan (Camila)
<b>docente(s):</b>	Chinesas: 唐思娟 (Camila), CHEN Yi (陈懿), YANG Jingyi (杨景怡), LIU Mengru (刘梦茹) Estrangeiros: Alba Irene Garcia Troya (PT)
<b>NOTAS:</b>	

17

<b>Nome da universidade:</b>	海南外国语职业学院 Hainan Foreign Languages College of Professional Education
<b>Endereço, contactos:</b>	
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	2012.09
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Licenciatura
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 Licenciatura: 1 turma, 22 alunos
<b>Responsável (chinês) departamento:</b>	Prof. CHEN Guoting
<b>docente(s):</b>	Chinesas: Chen Guoting Estrangeiros: Diogo Coelho da Silva (PT) Ana Maria Rodrigues de Sousa (PT)
<b>NOTAS:</b>	

18

<b>Nome da universidade:</b>	Beijing City University
<b>Endereço, contactos:</b>	
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	2012.09
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Curso Opcional
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 Licenciatura: 1 turma, 40 alunos
<b>Responsável (chinês) departamento:</b>	Profa. Isabel Matos
<b>docente(s):</b>	Chinesas: Estrangeiros: Isabel Matos (Portugal)
<b>NOTAS:</b>	



<b>Nome da universidade:</b>	中山大学 <b>Universidade de Sun Yat-sen</b>
<b>Endereço, contactos:</b>	Sun Yat-sen University(Zhuhai Campus) Tangjia, Zhuhai City, Guangdong Province, 519082, China
<b>Data criação curso/ departamento português:</b>	Setembro de 2006
<b>Nível de estudos que oferece:</b>	Curso Opcional
<b>Número de turmas/níveis/alunos inscritos:</b>	Ano lectivo 2012-2013 Licenciatura: 1º - 2 turmas - 45 alunos 3º - 1 turma - 4 alunos
<b>Responsável (chinês) departamento:</b>	Zhang Zhongli (Rocio)
<b>docente(s):</b>	Chineses: Lin Manlin (Celina) Estrangeiros: Manuel Duarte João Pires
<b>NOTAS:</b>	Acordo com a Universidade de Lisboa